

R\$ 3,00 CAPITAL E INTERIOR

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

QUARTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2016

### Cantora Mirna celebra o reggae maranhense em turnê nacional

Reconhecida como uma das grandes promessas do reggae nacional, a cantora maranhense Mirna deu o pontapé inicial na turnê nacional do seu álbum visual "Sabores". O show de estreia, na Casa Natura Musical, em São Paulo, e contou com um encontro geracional histórico: a participação de Celso Sampaio, a "Dama do Reggae".

OPINIÃO

### Pilatos e nós. Quando a conveniência cala a justiça

MARG FERNANDES RIBEIRO  
Promotor de Justiça

### Os últimos dias de Jesus

EUGES LIMA  
Historiador, professor



### Brandão e copresidente do Fundo Brasil-ONU

Governador destacou protagonismo do Maranhão nas decisões estratégicas sobre a Amazônia Legal e fortalece o diálogo em pautas ambientais e de desenvolvimento

# de refinaria em Bacabeira CORRUPÇÃO NO JUDICIÁRIO

### Desembargadores e servidores do TJMA afastados por venda de sentenças

A Operação Inauditus da Polícia Federal expõe um grave esquema de venda de decisões e manipulação de processos judiciais. O afastamento dos desembargadores Guerreiro Júnior e Luiz de França Belchior, somado ao bloqueio de R\$ 50 milhões, revela a fraude financeira e o alcance nacional da operação. A operação ocorreu no STJ, com 25 mandados de prisão e o bloqueio de R\$ 50 milhões em valores judiciais.

### Agenda cultural traz o melhor do pré-Carnaval em São Luís neste fim de semana

### SOB NOVA DIREÇÃO Primeiros atos de Esmerina como prefeita tem foco na equipe administrativa

A primeira Esmerina Miranda promoveu a reorganização de seu núcleo direto de confiança. Nomes oriundos da vice-prefeitura foram escalados para posições estratégicas no Palácio de La Rosandière. Dávila Theresa de Moraes Pires passou a exercer papel central na coordenação política e administrativa do gabinete, enquanto Raissa Suellen Oliveira Lima foi mantida como suporte técnico na transição. De acordo com a apuração feita por O Imparcial, a publicação de nomeações para cargos de segundo e terceiro escalão deverá contemplar indicações de partidos aliados, como PSD e PPS.

### NEDILSON MACHADO



Maranhão apresenta revista sobre avanços da gestão

# 2ª MARATONA INTERNACIONAL SLZ

26.07

@maratonadesaoluismar

INSCRIÇÕES ABERTAS O IMPARCIAL

5km  
10km  
21km  
42km

## PILATOS E NÓS

## Quando a conveniência cala a justiça

EDNARG FERNANDES MARQUES  
Promotor de Justiça

A figura de Pilatos, lida à luz dos Evangelhos, continua perturbadoramente atual: ele regula a inocência de Jesus, mas não a sustenta até o fim; percebe a injustiça, mas cede à pressão, ao cálculo e ao medo da desordem. É justamente nessa fratura entre consciência e ação que sua postura se torna um espelho da vida contemporânea.

Nos relatos bíblicos, Pilatos aparece como alguém que interroga, hesita e, por fim, se omite ou cede. Em João (Jo 18,38), ele perguntou: “Que é a verdade?” e logo afirma que não encontra culpa em Jesus. Em Mateus (Mt 27,24), lava as mãos diante da multidão, como quem tenta transformar a responsabilidade moral em neutralidade formal. Em Marcos (Mc 15,15), ele solta Barrabás e entrega Jesus para satisfazer o povo.

Esse conjunto de gestos é muito mais do que uma cena histórica. Ele expõe a tentativa humana de consideração do bem, mas não bancá-lo; de ver o mal, mas não enfrentá-lo; de perceber a verdade, mas tratá-la como incômodo administrativo. Ele simplesmente lavou as mãos. Literalmente.

“Lavar as mãos” virou expressão universal porque descreve uma atitude moral muito precisa: transferir a culpa, preservar a própria imagem e

escapar do peso da decisão. No Evangelho, Pilatos não envelhece como um juiz comprometido com a justiça, mas como alguém que tenta preservar a paz externa à custa da verdade interior.

A força simbólica desse gesto permanece porque ele não exige crueldade explícita; basta a omissão. E a omissão, quando há poder ou responsabilidade, também produz dano real. Pilatos não precisa odiar Jesus para condená-lo; basta preferir a conveniência à retidão.

Hoje agimos como Pilatos quando percebemos uma injustiça e escolhemos o silêncio para evitar conflitos. Na família, isso acontece quando se vê uma humilhação, uma manipulação ou uma violência emocional e se diz “não vou me meter”, mesmo sabendo que alguém ficará desprotegido.

No trabalho, acontece quando se tolera mentira, assédio, exploração ou desonestidade porque “não vale a pena criar problema”. Na esfera pública e na Justiça, acontece quando a decisão é guiada mais pela pressão, pela repercussão ou pela autopreservação do que pela busca do justo.

Esse padrão é especialmente grave porque a responsabilidade se dissolve em frases aparentemente prudentes: “não havia o que fazer”, “era o clima da empresa”, “era a ordem do sistema”, “era o sentimento da maioria”. Pilatos é exatamente isso: uma moral reduzida a gestão de riscos.

A atualidade de Pilatos pode ser pensada à luz de autores contemporâneos. Byung-Chul Han ajuda a pensar esse cenário ao descrever uma sociedade de desempenho, em que a lógica da eficiência, da positividade e da autoexploração vai corroendo a interioridade e a capacidade de resistência.

Nesse ambiente, o sujeito aprende a adaptar-se, entregar resultados e evitar fricções, mesmo quando isso o afasta da verdade e do bem comum. Lido por esse prisma, Pilatos não é apenas o homem que julgou Jesus; é a imagem de uma subjetividade que prefere o funcionamento do sistema à coragem de dizer “não” à injustiça. Han observou que a racionalidade contemporânea tende a absolutizar a sobrevivência e a eficácia, fazendo a pergunta pelo bem viver perder espaço. Isso é muito próximo de um mun-

do em que se preserva a própria posição, mas se sacrifica a verdade.

Zygmunt Bauman, por sua vez, ajuda a entender a fragilidade moral da nossa época ao falar da modernidade líquida: uma vida social marcada por mobilidade, instabilidade e pouca duração das formas sólidas de vínculo e responsabilidade. Em um mundo assim, compromissos pesam, posições custam caro e a tendência é escapar de tudo o que fixa demais a consciência.

A consequência é clara: quando tudo se torna fluido, também a responsabilidade pode ficar fluida. É mais fácil “administrar percepções” do que assumir uma posição ética. Bauman permite ver que o problema de Pilatos não é apenas individual; ele também é estrutural, porque sociedades instáveis favorecem decisões apressadas, defensivas e oportunistas.

Hannah Arendt amplia ainda mais essa reflexão ao mostrar que o mal pode ser banal: não necessariamente monstruoso, mas rotineiro, burocrático e aceito como normalidade. Essa intuição ilumina Pilatos porque sua falha não precisa ser lida como sadismo; pode ser lida como uma resistência de pensar e responder com integridade diante do outro.

É por isso que a pergunta não é apenas “Quem foi Pilatos?”, mas “Em que momentos eu me torno Pilatos?”. Sempre que eu vejo o erro e me escondo atrás de protocolos, conveniências, posições ou medos, repito o mesmo movimento: reconheço a verdade, mas entrego o inocente à lógica do momento.

Na Semana Santa, essa cena ganha uma força especial porque ela nos obriga a observar a diferença entre julgamento e justiça. Julgar é rápido; ser justo exige escuta, custo e responsabilidade. Pilatos encarna o tribunal sem coragem moral, a autoridade sem plena ética, a consciência dividida entre o temor da multidão e a percepção do inocente. Talvez a pergunta mais dura que a narrativa nos faça seja esta: quantas vezes, para manter a paz aparente, deixamos o justo ser ferido? Quantas vezes preferimos não ver, não falar, não agir?

A Paixão de Cristo, lida assim, não é só memória religiosa; é também um exame da nossa própria capacidade de escolher entre a conveniência e a verdade.

## NOSSA VISÃO

## A saúde encarece, e o paciente paga caro

Os preços dos medicamentos sofrerão novo reajuste, a partir de hoje, autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), com variações que podem ir de 1,13% a 3,81%, a depender do nível de concorrência de cada produto. Ainda que o percentual estimado seja considerado um dos menores dos últimos anos, a alta reafirma um problema estrutural: o custo contínuo da saúde no Brasil recai, de forma desigual, sobre o bolso dos pacientes. O modelo brasileiro estabelece tetos de preços, não aumentos obrigatórios.

Na prática, isso significa que os laboratórios têm autonomia para aplicar, ou não, o reajuste autorizado, dentro de um limite regulatório. O cálculo leva em conta inflação, produtividade da indústria e fatores de mercado, numa fórmula que tenta equilibrar sustentabilidade econômica e acesso. Ainda assim, a realidade cotidiana mostra que, mesmo quando os índices são considerados “moderados”, o impacto acumulado sobre as famílias é significativo.

Para pacientes crônicos, o reajuste não é uma abstração econômica, mas

um custo inevitável e recorrente. Diferentemente de outros bens de consumo, medicamentos não são passíveis de adiamento. A cada aumento, ainda que pequeno em termos percentuais, amplia-se o risco de abandono de tratamento, de redução de doses por conta própria ou de substituições inadequadas. O que para o mercado apresenta ajuste técnico, para milhões de brasileiros se traduz em dilema cotidiano entre saúde e orçamento.

A desigualdade agrava esse cenário. Em um país em que grande parte da população depende de renda instável, a elevação contínua dos preços de medicamentos aprofunda barreiras de acesso. Programas de desconto e a concorrência de genéricos ajudam, mas não resolvem o problema estrutural, sobretudo em segmentos com baixa competição. É nesse ponto que se impõe uma reflexão sobre o papel das grandes farmacêuticas.

Em um contexto de ganhos bilionários, cabe questionar até que ponto é razoável transferir, ano após ano, o peso integral dos reajustes para quem depende desses produtos para viver. Não se trata de inviabilizar a indústria, mas de reconhecer que medica-

mentos não são mercadorias comuns — são bens essenciais, cuja precificação envolve, necessariamente, uma dimensão ética.

Ao governo, por sua vez, cabe mais do que a definição anual de índices. A regulação de preços, embora importante, mostra-se insuficiente diante da complexidade do problema. É preciso fortalecer políticas públicas de acesso, ampliar a oferta de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde e garantir que a lógica de mercado não se sobreponha ao direito à saúde. A própria estrutura da Cmed, baseada em tetos e fórmulas técnicas, poderia ser revista para incorporar de forma mais direta os impactos sociais dos reajustes.

O aumento autorizado para 2026 pode ser, em números, um dos mais baixos da década. Mas a questão central permanece intocada. Em um país marcado por desigualdades profundas, até mesmo pequenos reajustes podem ter efeitos desproporcionais. E, enquanto o acesso a medicamentos seguir condicionado à capacidade de pagamento, o direito à saúde continuará sendo, para muitos, mais uma promessa do que uma realidade.

## ARTIGO

## Os últimos dias de Jesus

EUGES LIMA

Historiador, professor, bibliófilo, palestrante, membro efetivo do IHGM e do Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão

Na tradição cristã, os últimos dias de Jesus de Nazaré, da entrada em Jerusalém à crucificação, constituem o núcleo dramático da Semana Santa. Mas o que a historiografia contemporânea e as pesquisas sobre o chamado “Jesus histórico” têm a dizer sobre esses acontecimentos? Longe de negar sua importância religiosa, os estudos recentes buscam compreender esses episódios com base em métodos críticos, cruzamento de fontes e análise do contexto do século I. A chamada busca pelo “Jesus histórico” é um campo consolidado de investigação acadêmica que procura distinguir o personagem histórico da figura teológica construída pela fé.

Trata-se de um esforço que utiliza ferramentas da História, Arqueologia, Sociologia e Antropologia para analisar evidências e reconstruir, tanto quanto possível, a trajetória de um pregador judeu na Palestina romana. Os estudos recentes enfatizam que os últimos dias de Jesus só podem ser compreendidos dentro do contexto político e religioso da Judeia sob domínio romano. Jerusalém, especialmente durante a Páscoa judaica, era um espaço de tensão: peregrinos chegavam em massa, e as autoridades temiam revoltas.

Nesse cenário, a entrada de Jesus em Jerusalém descrita nos evangelhos como um ato simbólico, é interpretada por muitos historiadores como um gesto de forte conotação política. Ao se apresentar publicamente como líder carismático em um ambiente carregado de expectativas messiânicas, Jesus teria atraído a atenção tanto das autoridades judaicas quanto do poder romano.

Pesquisas recentes destacam que Jesus provavelmente se insere na tradição dos profetas apocalípticos judeus, que anunciavam a iminente intervenção divina na história. Sua mensagem, centrada no “Reino de Deus”, pode ter sido percebida como potencialmente subversiva, ainda que não necessariamente violenta. Um dos episódios mais discutidos pela historiografia é a chamada “purificação do Templo”, quando Jesus teria expulsado vendedores e cambistas. Muitos estudiosos consideram esse evento historicamente plausível, justamente por seu caráter embaraçoso e disruptivo.

Sob a ótica histórica, esse gesto pode ter sido interpretado como uma crítica direta às elites sacerdotais e ao sistema religioso vigente. Em um contexto de ocupação romana, onde o Templo era também um centro de poder econômico e político, tal ação teria consequências inevitáveis. A crucificação de Jesus é um dos pontos de maior consenso entre os historiadores. A maioria dos especialistas concorda que ele foi executado por ordem romana, provavelmente sob o governo de Pôncio Pilatos.

A crucificação era uma pena reservada a crimes políticos, especialmente rebelião contra Roma. Isso sugere que Jesus foi visto, ao menos pelas autoridades, como uma ameaça à ordem pública. A acusação de se declarar “rei dos judeus”, presente nas narrativas evangélicas, reforça essa interpretação.

Contudo, os detalhes do julgamento permanecem objeto de debate. As fontes disponíveis, principalmente os evangelhos, foram escritas décadas após os acontecimentos e refletem perspectivas teológicas das primeiras comunidades cristãs. Isso exige cautela na reconstrução histórica, já que há divergências entre os relatos.

Um dos principais desafios da historiografia é lidar com a natureza das fontes. Os evangelhos não são biografias no sentido moderno, mas textos de fé, elaborados com objetivos religiosos e comunitários. Ainda assim, por meio de critérios críticos, como múltipla atestação e coerência histórica, os pesquisadores buscam identificar elementos plausíveis.

Estudos contemporâneos também utilizam novas abordagens, como análises literárias, arqueológicas e até modelos computacionais para examinar textos antigos, ampliando as possibilidades de interpretação. Essa interdisciplinaridade tem contribuído para uma imagem mais contextualizada de Jesus: um judeu do século I, inserido em sua cultura, distante das representações eurocêntricas que dominaram a arte ocidental por séculos.

Apesar das lacunas e controvérsias, há alguns pontos amplamente aceitos pela maioria dos historiadores: Jesus existiu como personagem histórico; foi um pregador judeu na Palestina do século I; reuniu seguidores e causou impacto social; foi crucificado pelas autoridades romanas. Fora disso, muito permanece em aberto. A escassez de fontes diretas e a natureza tardia dos registros fazem com que a reconstrução de seus últimos dias seja sempre parcial e provisória.

A historiografia não pretende confirmar nem negar dogmas religiosos, mas compreender processos históricos. Nesse sentido, o “Jesus histórico” é diferente do “Cristo da fé”: enquanto o primeiro é objeto de investigação crítica, o segundo pertence ao campo da crença e da teologia.

Ainda assim, longe de esvaziar seu significado, essa distinção pode enriquecer o entendimento da figura de Jesus. Ao situá-lo em seu tempo, a pesquisa histórica revela a profundidade de sua mensagem e o impacto de sua trajetória.

Nos últimos dias de sua vida, portanto, não vemos apenas um drama religioso, mas também um episódio inserido nas complexas relações de poder, cultura e religião do mundo antigo. Entre certezas e dúvidas, a figura de Jesus continua a desafiar historiadores e a inspirar milhões, dois mil anos depois.

POSSE

# Brandão é copresidente do Fundo Brasil-ONU

Governador destacou protagonismo do Maranhão nas decisões estratégicas sobre a Amazônia Legal e fortalece estado em pautas ambientais e de desenvolvimento

O governador Carlos Brandão esteve em Brasília (DF), nesta terça-feira (31), onde participou da 4ª reunião do Comitê Diretivo do Fundo Brasil-ONU. Na ocasião, foram debatidas iniciativas do Governo do Maranhão voltadas ao desenvolvimento sustentável e à preservação da Região Amazônica no estado. O chefe do Executivo estadual também tomou posse como copresidente do Comitê.

O Fundo Brasil-ONU é uma instância estratégica para a coordenação, acompanhamento e deliberação de ações voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável na Região Amazônica.

O governador Carlos Brandão ressaltou que a 4ª reunião do Comitê Diretivo do Fundo Brasil-ONU, em Brasília, foi mais um encontro estratégico para fortalecer políticas públicas e impulsionar o desenvolvimento sustentável na Amazônia. “Alinhamos diretrizes, priorizamos projetos e garantimos a aplicação correta dos recursos



BRANDÃO ASSUME FUNÇÃO POR SER PRESIDENTE DO CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL

na região. Também trouxemos experiências positivas do nosso estado, que estão contribuindo diretamente para um futuro mais sustentável em toda a região”, pontuou.

Silvia Rucks del Bó, coordenadora residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil, fez um balanço positivo da reunião com o governador Carlos Brandão. “Esta foi a primeira reunião com a presença e participação do governador Carlos Brandão como presi-

dente do Consórcio da Amazônia Legal e copresidente do Fundo. O governador Carlos Brandão agora será o responsável pela apresentação de propostas para os estados amazônicos, focando nas pessoas, nos desafios e nos problemas que ainda temos na Amazônia Legal. Acredito que, muito em breve, teremos mais projetos vindos desta nova gestão”, afirmou.

## Protagonismo feminino na regularização fundiária

Durante a reunião, Brandão tomou posse da copresidência do Comitê. “Como governador do Maranhão e presidente do Consórcio da Amazônia Legal, também assumo a copresidência do Comitê, ampliando a participação do nosso estado nas decisões voltadas para a Região Amazônica”, destacou. Uma das iniciativas maranhenses debatidas durante a reunião foi o programa ‘Terra para Elas’, desenvolvido em parceria com o Fundo Brasil-ONU e que se tornou modelo de plano regional de regularização fundiária.

Lançado em junho de 2025, no Quilombo Boa Vista, localizado no município de Rosário (MA), o ‘Terra para Elas’ é uma iniciativa pioneira de regularização fundiária voltada exclusivamente para mulheres rurais, incluindo chefes de família, quebra-dei-

ras de coco babaçu, quilombolas, pessoas trans e integrantes da comunidade LGBTQIA+ do campo.

O projeto tem como objetivo assegurar o direito à terra a 2.500 mulheres, promovendo sua autonomia econômica, social e produtiva, além de garantir segurança jurídica e fortalecer a cidadania das beneficiárias. O programa beneficiou o quilombo com a titulação do território, entrega de mudas, kits de irrigação, acesso à água potável e obras de reforma, incluindo a reestruturação da cozinha agroindustrial da comunidade.

“Este programa tem sido uma experiência muito positiva, por isso está sendo expandido para a região como um todo. Hoje foram pontuados aqui os resultados que temos alcançado no Maranhão. E o governador Carlos Brandão, como copresidente do Fun-

do Brasil-ONU, tem agora maiores possibilidades de angariar recursos e atrair mais países parceiros para que mais mulheres sejam beneficiadas”, informou Pedro Chagas, secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, que acompanhou o governador durante a reunião.

O Comitê desempenha papel fundamental na definição de diretrizes, priorização de projetos e monitoramento de resultados, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas e para a captação e adequada aplicação de recursos destinados à região. O governador Carlos Brandão tomou posse como presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal durante a abertura do 29º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, realizada em 16 de março, em São

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 06/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.05528**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de implantação de Sistema de Abastecimento de Água (SAA) em comunidades rurais do município de Fernando Falcão/MA, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços correlatos, com recursos do Termo de Compromisso nº 967144/2024/MCIDADES/CAIXA firmado com a Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA  
**NOVA DATA:** 19/05/2026 às 14h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br).  
Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada no Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.  
**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 016/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.05715**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para a ampliação do sistema de água na área urbana no município de Governador Eugênio Barros/MA, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços correlatos, com recursos do Termo de Compromisso nº 968235/2024/MCIDADES/CAIXA firmado com a Secretaria de Estado de Governo.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA  
**NOVA DATA:** 14/07/2026 às 09h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br).  
Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada no Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.  
**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 018/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.06157**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para a reabilitação, ampliação e modernização do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do município de Paulo Ramos/MA, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços correlatos, com recursos do Termo de Compromisso nº 968356/2024/MCIDADES/CAIXA firmado com a Secretaria de Estado de Governo.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA  
**NOVA DATA:** 14/07/2026 às 11h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br).  
Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada no Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.  
**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 020/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.06210**

**OBJETO:** Contratação integrada para a elaboração dos projetos básico e executivo, bem como a execução das obras e serviços especiais de engenharia necessários à reestruturação, ampliação e modernização do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da sede do Município de Olho d'Água das Cunhãs/MA. O escopo compreende, de forma integrada e indivisível, os macrocomponentes de captação, adução, tratamento (quando aplicável), reservação, distribuição, setorização hidráulica, controle operacional, fornecimento e instalação de equipamentos eletromecânicos, automação, testes, comissionamento e entrega técnica do sistema em pleno funcionamento, conforme anteprojeto.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA  
**NOVA DATA:** 14/07/2026 às 14h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br).  
Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada no Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.  
**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 032/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.11124.00036**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a execução de obras e serviços especiais de engenharia, sob o regime de contratação integrada, abrangendo a elaboração dos Projetos Básico e Executivo, estudos, levantamentos, diagnósticos e peças técnicas correlatas, bem como a reabilitação e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da sede do Município de Morros/MA, contemplando captação, adução, reservação, distribuição e ligações domiciliares, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, sistemas e serviços correlatos, com recursos do Termo de Compromisso nº 968358/2024/MCIDADES/CAIXA (Novo PAC), firmado com a Secretaria de Estado de Governo.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA  
**NOVA DATA:** 16/07/2026 às 15h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br).  
Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada no Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.  
**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 034/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.11124.00038**

**OBJETO:** Execução integrada de obras e serviços de engenharia destinados à modernização, ampliação e consolidação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da sede do Município de Tutóia/MA, compreendendo a elaboração dos Projetos Básico e Executivo e a execução das obras civis, eletromecânicas, elétricas, hidráulicas e de automação necessárias à requalificação do sistema.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA  
**NOVA DATA:** 17/07/2026 às 09h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br).  
Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada no Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.  
**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.05599**

**OBJETO:** Contratação para a implantação de Sistema de Abastecimento de Água (SAA) em comunidades rurais no Município de Satubinha/MA é regida pelo Termo de Compromisso (TC) nº 967137/2024/MCIDADES/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA  
**NOVA DATA:** 19/05/2026 às 16h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br).  
Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada no Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.  
**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.05717**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de implantação de sistema simplificado de abastecimento de água no município de Centro Novo do Maranhão/MA, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços correlatos, com recursos do Contrato de Repasse nº 967146/2024/MCIDADES/CAIXA firmado com a Secretaria de Estado de Governo.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA  
**NOVA DATA:** 20/05/2026 às 14h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br).  
Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada no Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.  
**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.05558**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de implantação de sistema simplificado de abastecimento de água no município de Lagoa Grande do Maranhão/MA, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços correlatos, com recursos do Contrato de Repasse nº 967143/2024/MCIDADES/CAIXA firmado com a Secretaria de Estado de Governo.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA  
**NOVA DATA:** 20/05/2026 às 10h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br).  
Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada no Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.  
**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 014/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.05944**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de implantação de sistema simplificado de abastecimento de água no Município de Santana do Maranhão/MA, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços correlatos, com recursos do Contrato de Repasse nº 967141/2024/MCIDADES/CAIXA firmado com a Secretaria de Estado de Governo.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA  
**NOVA DATA:** 20/05/2026 às 16h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br).  
Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada no Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.  
**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

## ESQUEMA DE VENDA DE DECISÕES

# Dois desembargadores do TJMA são afastados

Operação da PF afastou magistrados, retirou servidores de suas funções e decretou prisão de suposto operador em investigação que apura corrupção e venda de decisões

**N**a manhã desta quarta-feira (1º), a Polícia Federal afastou de seus cargos os desembargadores Antonio Pacheco Guerreiro Júnior e Luiz de França Belchior Silva, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A ação faz parte da Operação Inauditus, que investiga um esquema de corrupção e venda de decisões judiciais. Além dos magistrados, três servidores foram afastados e a prisão preventiva do suposto operador do esquema foi decretada.

Guerreiro Júnior já estava afastado desde agosto de 2024 devido à Operação 18 Minutos, que apurava desvios na construção do Fórum de Imperatriz. Segundo a PF, as novas investigações apontam um sistema de direcionamento seletivo de processos para beneficiar partes específicas em troca de vantagens ilícitas, contando com a colaboração estratégica de servidores para agilizar as tramitações.

## Operação Inauditus

A Polícia Federal (PF) deflagrou, nesta quarta-feira (1º), a Operação Inauditus para investigar um suposto esquema de corrupção ligado ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A ação inclui o cumprimento de 25 mandados de busca e apreensão autorizados pelo Superior Tribunal de Justiça.

Segundo as investigações, há indícios de manipulação de decisões judiciais para favorecer partes em disputas, com prioridade seletiva na tramitação dos processos. O esquema envolveria servidores e outros agentes ligados ao Judiciário, com pagamento de vantagens indevidas.

A apuração também identificou movimentações financeiras suspeitas, com sinais de triangulação e tentativa de ocultar a origem do dinheiro.

Entre as medidas determinadas pela Justiça estão a prisão preventiva de um apontado como principal operador, o afastamento de cinco servidores e a proibição de acesso deles ao tribunal. Seis investigados passam a ser

monitorados por tornozeleira eletrônica. A decisão judicial também prevê o bloqueio e sequestro de bens que chegam a R\$ 50 milhões, de forma conjunta entre os investigados. As ações foram realizadas em cidades do Maranhão, como São Luís, São José de Ribamar, Bacabal e Balsas, além de municípios em outros estados, como Fortaleza e São Paulo.

Em nota oficial, o Tribunal de Justiça do Maranhão informou que colabora com a "Operação Inauditus", deflagrada pela Polícia Federal, em cumprimento de mandados de busca e apreensão expedidos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que inclui unidades do Poder Judiciário estadual. O TJMA informou ainda, que editou o ato do afastamento de um desembargador e efetivou a exoneração de quatro servidores comissionados, que foram afastados pelo STJ. O TJMA reafirma seu compromisso com o princípio da transparência, colocando a administração à disposição das autoridades no que for cabível.

## PRIMEIROS ATOS

# Foco na continuidade administrativa de São Luís

SAMARTONY MARTINS

Com a posse oficial realizada em 31 de março de 2026, a prefeita Esmênia Miranda (PSD) deu início à sua gestão à frente da Prefeitura de São Luís com uma série de medidas publicadas no Diário Oficial do Município (DOM), voltadas à organização da transição administrativa, à preservação da máquina pública e à consolidação de sua base política.

O primeiro ato de relevância institucional foi a formalização do Termo de Posse, motivado pela renúncia de Eduardo Salim Braide (PSD), que deixou o cargo para disputar o Governo do Maranhão. A publicação oficializou Esmênia como titular definitiva do Executivo municipal, estabelecendo respaldo jurídico para os atos administrativos subsequentes.

Nos dias iniciais, a estratégia adotada foi de continuidade, com a manutenção de áreas consideradas sensíveis para o funcionamento da gestão. Secretarias como a Municipal de Fazenda (SEMFAZ) e a de Administração (SEMAD) tiveram suas estruturas técnicas preservadas, garantindo a regularidade da arrecadação, o equilíbrio do fluxo de caixa e a execução da folha de pagamento dos servidores, além da continuidade dos contratos administrativos em vigor.

Ao mesmo tempo, a prefeita promoveu a reorganização de seu núcleo direto de confiança. Nomes oriundos da Vice-Prefeitura foram alçados a posições estratégicas no Palácio de La Ravardiére. Dávila Theresa de Moraes Pires passou a exercer papel central na coordenação política e administra-

tiva do gabinete, enquanto Raissa Suelen Oliveira Lima foi mantida como suporte técnico na transição. Já Daniel Miranda Teixeira de Sousa teve sua nomeação consolidada como parte da engrenagem administrativa que dá sustentação aos primeiros atos da nova gestão. Na articulação política, a permanência de Emílio Murad à frente da Secretaria Municipal de Governo (SEMGOV) foi um dos sinais mais claros de que Esmênia busca evitar rupturas com a base construída na gestão anterior. A pasta, responsável pelo diálogo com a Câmara Municipal, também passou por ajustes com a nomeação de assessores ligados à estrutura da Vice-Prefeitura, fortalecendo o canal direto entre o Executivo e o Legislativo.

De acordo com apuração feita por **O Imparcial**, a publicação de nomeações para cargos de segundo e terceiro escalão deverá contemplar indicações de partidos aliados, como PSD e Podemos, evidenciando uma estratégia de ampliação da base governista. A possibilidade de acomodação de vereadores em secretarias, abrindo espaço para suplentes no parlamento municipal, também integra esse movimento de consolidação política em um cenário pré-eleitoral.

Nas áreas finalísticas, como Educação (SEMED) e Saúde (SEMUS), a diretora foi assegurar a continuidade dos serviços. Na educação, foram publicadas portarias e editais para manter o calendário letivo, incluindo a recomposição de equipes gestoras nas unidades escolares. Já na saúde, atos administrativos trataram da gestão de pessoal, com registros de licenças e

substituições, evitando descontinuidade no atendimento em hospitais e postos. Outro ponto relevante dos primeiros atos foi a ratificação de contratos essenciais, especialmente nas áreas de limpeza urbana e infraestrutura, fundamentais para a manutenção dos serviços básicos na capital. No campo administrativo, portarias como a de nº 1.042, de 27 de março de 2026, da SEMAD, foram mantidas e atualizadas para assegurar a regularidade da vida funcional dos servidores sob a nova chefia do Executivo.

No âmbito do funcionamento da administração pública durante o período inicial da gestão, a prefeita também editou medidas relacionadas ao calendário institucional. Foi estabelecido ponto facultativo na quinta-feira santa (2), prática comum na administração pública, seguido pelo cumprimento do feriado nacional da sexta-feira santa (3), garantindo a suspensão das atividades não essenciais nesses dias, sem prejuízo à manutenção dos serviços considerados indispensáveis à população.

Dessa forma, o início da gestão de Esmênia Miranda é marcado por uma combinação de cautela administrativa e articulação política. Ao mesmo tempo em que preserva estruturas técnicas para assegurar estabilidade e continuidade dos serviços, a prefeita reorganiza seu núcleo de confiança e fortalece sua base no Legislativo. Filiada ao PSD, Esmênia assume o compromisso de dar seguimento às obras e políticas iniciadas na gestão anterior, enquanto imprime sua própria marca na condução do Executivo municipal.



Coluna  
**ESPLANADA**

PODER, POLÍTICA, MERCADO & VOCÊ

com Leandro Mazzini

## E o nosso ouro?

LEANDRO MAZZINI

Com Equipe DF, RJ e SP

No momento em que o preço do ouro sobe no mundo e as reservas brasileiras somam US\$ 329,73 bilhões (R\$ 1,7 trilhão), o Banco Central tem ação pouco convencional: recorre a instituições estrangeiras para adquirir o metal, mesmo o Brasil sendo um dos grandes produtores do planeta. Reservadamente, bancos e outras instituições brasileiras negociadoras questionam o presidente do BC, Gabriel Galípolo, e cobram explicações sobre a política que exclui o mercado doméstico da composição das reservas.

## Vai dar B.O.

Os presidentes da Câmara e Senado proibiram, há duas semanas, o acesso do povo pela tradicional Chapelaria. E restringiram a entrada aos Anexos. Ok, eles mandam. Mas o 1º B.O. não demorou. Ontem um motorista da Uber subiu a conhecida rampa do Congresso, área de segurança nacional e por onde passam presidentes de República. Foi para deixar uma passageira. A desconhecida dupla entrou para a História.

## BSB decolou

O TCU aprovou a repactuação do Aeroporto de Brasília, que passará por um novo leilão em 2026. A previsão é de R\$ 1,2 bilhão em investimentos. A empresa vencedora assumirá a gestão do terminal e de outros 10 aeroportos regionais pelo Programa AmpliAR. O acordo inclui a construção de um novo terminal internacional e a saída da Infraero da sociedade, hoje sócia da Inframérica.

## O Rio respira

Mesmo com a recuperação judicial bilionária do Governo junto ao Federal, o Estado do Rio de Janeiro ganha fôlego e avança em diferentes negócios. A FIRJAN mapeou mais de meio trilhão de reais investimentos para o próximo triênio, em especial na energia e infraestrutura. A Firjan criou o Núcleo de Suporte ao Investidor. "Queremos nos posicionar como hub institucional", diz Luiz Césio Caetano, da FIRJAN.

## As blusinhas...

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeccção e a Associação Brasileira do Varejo Têxtil alertaram o Governo que isentar compras de até US\$ 50 gera desequilíbrio e prejudica a indústria e o varejo. Afirmam que a medida causa injustiça tributária e ameaça a empresas e empregos no Brasil. Para o setor, o foco deve ser a redução do custo sistêmico interno, e não o favorecimento de produtos importados.

## House flipping

A queda da taxa Selic impulsiona o house flipping (modalidade no mercado em que compra-se um imóvel e o reforma para a venda com lucro). As capitais do Sudeste lideram esse setor; já Brasília e Curitiba se destacam pela liquidez e valorização pós-reforma. Em bairros consolidados, imóveis antigos permitem margens relevantes. Segundo Ramiro Delgado, CEO do Trade Imobiliário, juros menores aceleram o giro.

## ESPLANADEIRA

**#IRELGOV** lança pesquisa "Perfil, competências e habilidades do (novo) profissional de RelGov: estudo para o futuro da carreira". **#Presidente da CACB, Alfredo Cotait Neto** assumiu o comando da Associação Comercial de SP. **#CRIOLA** fecha acordo com TCU para ampliar controle social em políticas de gênero. **#MedLevensohn** investe R\$ 150 mi em Centro Integrado no ES. **#Igor Girão** lança "Ouroboros" em evento na Bece, em Fortaleza, em 9/4. **#Sicoob** destaca integração entre estratégia nacional e atuação local no CMO Summit

AUTISMO

# Inclusão ainda esbarra no preconceito

No Dia Mundial de Conscientização do Autismo, relatos expõem distância entre direitos garantidos e a realidade vivida por pessoas no espectro

WELTON FERREIRA  
Especial para O Imparcial

O Dia Mundial de Conscientização do Autismo, lembrado nesta quinta-feira (2), amplia o debate sobre inclusão, mas também evidencia um cenário em que o reconhecimento ainda não se traduz em prática. Para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias, o preconceito, a desinformação e a falta de preparo em diferentes espaços seguem como barreiras no cotidiano.

À frente da Associação de Mães e Amigos dos Autistas de Pedreiras (AMA), Cícera Damasceno afirma que o principal entrave não está na condição, mas na forma como ela é compreendida socialmente. Segundo ela, a leitura equivocada sobre o autismo acaba restringindo oportunidades antes mesmo de qualquer convivência. “A sociedade carrega muitos equívocos sobre o autismo, e esses erros acabam gerando exclusão, preconceito e

falta de apoio. Existe um pré-julgamento constante que limita a pessoa autista antes mesmo de ela mostrar suas capacidades. A própria sociedade, muitas vezes, acaba incapacitando esse indivíduo ao exigir comportamentos neurotípicos e desconsiderar suas particularidades”.

À frente da Associação de Mães e Amigos dos Autistas de Pedreiras (AMA), Cícera Damasceno afirma que o principal entrave não está na condição, mas na forma como ela é compreendida socialmente. Segundo ela, a leitura equivocada sobre o autismo acaba restringindo oportunidades antes mesmo de qualquer convivência. “A sociedade carrega muitos equívocos sobre o autismo, e esses erros acabam gerando exclusão, preconceito e

suas particularidades”.



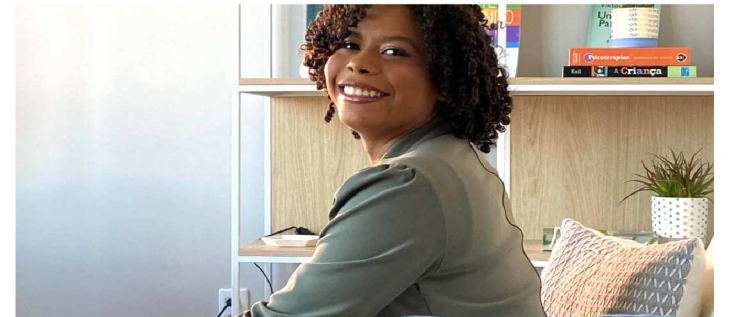
## A realidade ganha outra dimensão

No contato com famílias, a realidade ganha outra dimensão. Coordenadora e tesoureira da AMA Pedreiras, Bianca Rafaela acompanha de perto o impacto do diagnóstico e a reorganização da rotina. “Na maioria das vezes, a AMA é a primeira porta que essa família vai bater. E elas chegam perdidas, sem rumo. A pergunta é sempre a mesma: ‘e agora, o que eu vou fazer? Estou perdida’. A partir dali a gente compartilha tudo, desde o diagnóstico até as pequenas conquistas do dia a dia”.

Ela afirma que o preconceito atravessa diferentes ambientes e faz parte da rotina de muitas famílias. “Ele machuca em todos os ambientes e sentidos. É algo rotineiro e, muitas vezes, tenta nos tirar do foco. O que orientamos é que as famílias se fortaleçam, busquem informação e estejam preparadas para enfrentar isso, porque, infelizmente, ainda é uma realidade.”

Bianca destaca ainda o papel contínuo da família no desenvolvimento da pessoa autista. “É acreditar, incentivar, acompanhar, dar suporte. A pessoa autista cresce, se torna adulta, e a gente precisa estar preparado para esse processo”.

### Orientações



A psicóloga infantojuvenil Sara Martina chama atenção para a identificação precoce dos sinais do autismo, ainda na infância. Segundo ela, alguns comportamentos podem indicar a necessidade de avaliação especializada. “A ausência de marcos do desenvolvimento, como atraso na fala, pouco contato visual, dificuldade de interação social e comportamentos repetitivos, são sinais de alerta. Eles não fecham diagnóstico, mas indicam a necessidade de avaliação profissional”.

Ela explica que o início antecipado do acompanhamento faz diferença no desenvolvimento. “A intervenção precoce favorece de forma significativa a autonomia, a comunicação e as habilidades sociais. Quanto mais cedo esse acompanhamento começa, maiores são as possibilidades de desenvolvimento.” Martina também reforça que ainda há desinformação sobre o espectro autista, o que contribui para estereótipos. “Ainda existe a crença de que toda pessoa autista é igual, que não sente afeto ou não consegue se comunicar. Isso não corresponde à realidade. O autismo é um espectro, e cada pessoa tem suas próprias características”.

No dia a dia, a participação da família segue como elemento central no processo. “Manter uma rotina, acolher as emoções da criança e valorizar pequenas conquistas fazem diferença no desenvolvimento e no bem-estar”, disse.

Para a psicóloga, a inclusão depende de mudanças concretas e passa, acima de tudo, pela escuta de quem vive o autismo. “Respeitar as diferenças, buscar informação e ouvir as próprias pessoas autistas são passos fundamentais. Sem isso, a inclusão fica apenas no discurso”.

## A dificuldade de acesso a espaços sociais

Na avaliação de Damasceno, esse tipo de postura sustenta um processo de apagamento. A dificuldade de acesso a espaços sociais, segundo ela, não está apenas na estrutura, mas na forma como a pessoa autista é vista. “Há uma invalidação muito presente. A sociedade, o tempo inteiro, tenta invisibilizar a pessoa autista no contexto social, como se ela não fosse capaz de ocupar esses espaços. Isso impacta diretamente o acesso à inclusão de verdade”.

A crítica também se estende ao funcionamento das políticas públicas e à formação de profissionais. Mesmo com garantias previstas em lei, a aplicação ainda encontra falhas, o que se reflete principalmente nas áreas de educação e saúde.

“Muitas vezes, as políticas públicas existem, estão garantidas em lei, mas não são aplicadas de forma efetiva. Soma-se a isso a falta de preparo de profissionais em áreas como educação e saúde, o que acaba criando mais barreiras no dia a dia dessas pessoas”.

A distância entre o que se reconhece no papel e o que se vive aparece de forma direta no relato de quem está dentro do espectro. Mulher autista adulta, Isabel Vitória Silva Carvalho diz que ainda precisa lidar com ideias equivocadas sobre o próprio autismo, especialmente quando se trata da vida adulta. “Um dos maiores equívocos é acharem que não existem mulheres adultas autistas, ou que o autismo só está presente em crianças com níveis de suporte mais

elevados. Isso apaga completamente a nossa realidade”.

Ela relata que situações de infantilização são frequentes e acabam reduzindo a autonomia de pessoas autistas. “Muitas vezes, existe uma infantilização, como se a pessoa autista não tivesse autonomia ou maturidade. Isso incomoda porque nos reduz a um estereótipo e ignora quem somos de fato”.

O diagnóstico, segundo Isabel, trouxe mudanças importantes na forma como ela se percebe. “Mudou muita coisa na minha vida, principalmente em relação à aceitação. Passei a me compreender melhor, a reconhecer minhas limitações e a lidar com elas de forma mais consciente”, disse.

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO  
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 036/2026 - CSL/SEGOV-MA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.05942

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de implantação de sistema simplificado de abastecimento de água nos Municípios de Barra do Corda, Lago do Junco, Píñheiro e Araioses/MA, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços correlatos, com recursos do Contrato de Repasse nº 954968/2024/MCIDADES/CAIXA firmado com a Secretaria de Estado de Governo.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA

**NOVA DATA:** 21/05/2026 às 14h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br).  
Edital e demais informações do processo licitatório estão em [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada na Av. Pedro II, 180 - Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csi@segov.ma.gov.br](mailto:csi@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.

**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Presidente da Comissão de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo - SEGOV/MA

**ESTADO DO MARANHÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

O Município de São João do Paraíso - MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisição de equipamentos e materiais permanentes hospitalares, laboratoriais e odontológicos, destinados a atender às necessidades da Rede Municipal de Saúde. A sessão será realizada através do Portal de Licitações, pelo endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), com data de abertura agendada para 15 de abril de 2026 às 08:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço [www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br](http://www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br), ou ainda pelo endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São João do Paraíso - MA, 31 de março de 2026.

**Márisa Elaine Damasceno de França**  
Secretária Municipal de Saúde - Portaria nº 005/2025

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA**  
Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba - MA  
CNPJ: 06.002.372/0001-33

**AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026  
REPÚBLICAÇÃO

O Município de Anajatuba/MA, através da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, localizada na Rua Benedito Leite, 868, Centro, Anajatuba-MA, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público para promover a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico do tipo SRP, tendo por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa visando o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de material de eletrodomésticos, para atender as necessidades de diversas secretarias do Município de Anajatuba/MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 14.133/21, e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº 14.133/21. Data de abertura: 22/04/2026 às 09h00min (Horário de Brasília). O Edital poderá ser examinado ou retirado no site [www.licitaanajatuba.com.br](http://www.licitaanajatuba.com.br), assim como pelo portal da prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.anajatuba.ma.gov.br/licitacao/licita-caolista.php>. Maiores informações poderão ser obtidas de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 12h00min na Prefeitura Municipal e através do e-mail: [dilcp@anajatuba.ma.gov.br](mailto:dilcp@anajatuba.ma.gov.br). Anajatuba/MA, 01 de abril de 2026. **ANTÔNIA DO ESPIRITO SANTO DUTRA SILVA**, Secretária Municipal de Administração. Decreto nº 474/2025.

**CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DA 2ª REGIÃO - CRT-02**

**AVISO DE REABERTURA**  
Pregão Eletrônico 90002/2026

Objeto: A presente Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico tem por objeto Contratação de empresa para a execução de serviços comuns de caráter continuado de vigilância armada patrimonial diurna e noturna para atender às necessidades da Sede do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 2ª Região - CRT - 02, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Abertura dia 17/04/2026 às 09:30 h (horário de Brasília)

Local: [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

Obtenção do edital: O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados com vista franqueada no CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DA 2ª REGIÃO - CRT-02, situado na Rua das Párapaubas, quadra 05, nº 24, Bairro São Francisco, Cep: 65076-000, São Luís -MA, e-mail: [compras@crt02.gov.br](mailto:compras@crt02.gov.br), em dias úteis, no horário de 8h às 16h horas e através do site [www.crt02.gov.br](http://www.crt02.gov.br), bem como no site do [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/).

**JOÃO BATISTA SOUZA**  
Presidente do CRT-02

**ESTADO DO MARANHÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

O Município de São João do Paraíso - MA, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o Registro de preços para eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de revitalização de mobiliário escolar (carteiras, mesas, cadeiras etc.) de interesse da Secretaria Municipal de Educação. A sessão será realizada através do Portal de Licitações, pelo endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), com data de abertura agendada para 22 de abril de 2026 às 08:30h. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço [www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br](http://www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br), ou ainda pelo endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São João do Paraíso - MA, 01 de abril de 2026.

**Enaida Rocha dos Santos**  
Secretária Municipal de Educação - Portaria nº 003/2025

**LAGO-PEDRA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
REPÚBLICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026-SRP

O Município de Lago da Pedra (MA), por meio da Secretaria Municipal de Saúde, avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte modalidade e condições: Modalidade: Pregão Eletrônico. Modo de disputa: Aberto. Tipo de licitação: Menor preço por item, que será regida pela Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 113/2024. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CADEIRAS DE RODAS, DESTINADAS A ATENDER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA OU MOBILIDADE REDUZIDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGO DA PEDRA - MA. Data e horário do início da disputa: 22 de abril de 2026, às 14h00 (quatorze horas). Site para realização do Pregão: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br). Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e as empresas definidas como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, especializadas no ramo, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital, para a execução de seus objetivos. Meios de disponibilização do edital: no site do LICITANET ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (<https://lagodapedra.ma.gov.br/acessoainformacao.php>), PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Maiores informações poderão ser obtidas nos dias de expediente das 08:00 às 12:00 horas, no Setor de Licitação do Município de Lago da Pedra - MA, ou ainda através do e-mail: [licitacao@lagodapedra.ma.gov.br](mailto:licitacao@lagodapedra.ma.gov.br). Lago da Pedra - MA, 01 de abril de 2026. Laura Beatriz Mendes Santos, Secretária Municipal de Saúde.

**ABRIL Azul (TEA)**

**COMPREENDER É INCLUIR.**  
Cada pessoa no seu tempo.  
Cada história com valor.

**O IMPARCIAL**

## VIA SACRA

45 anos de espetáculo  
marcado pela fé

Mais do que uma manifestação religiosa, a encenação é também um potente projeto cultural e social, envolvendo diretamente cerca de 2 mil pessoas

JOYCE MENEZES

Especial para O Imparcial

A tradicional Via Sacra do bairro Anjo da Guarda, em São Luís, realizada pelo Grupo Grita, chega à sua 45ª edição reafirmando sua importância como uma das maiores manifestações de teatro comunitário e religioso do Maranhão.

Ao longo de mais de quatro décadas, o evento se consolidou como uma das principais expressões culturais da Semana Santa na capital maranhense, atraindo público de diferentes regiões da cidade.

A encenação deste ano acontece nos dias 2 e 3 de abril, a partir das 18h, nas ruas do Anjo da Guarda. Durante o período da Semana Santa, especialmente na Sexta-feira Santa, a Via Sacra relembra o percurso de Jesus Cristo até a crucificação, sendo um dos momentos mais simbólicos da tradição cristã.

O grupo, reconhecido por sua atua-



## O EVENTO É UMA DAS PRINCIPAIS EXPRESSÕES CULTURAIS DA SEMANA SANTA

ção cultural e social na periferia da capital maranhense, construiu ao longo das décadas um trabalho que vai além do palco.

Fundado com o objetivo de promover a arte como ferramenta de transformação social, o Grupo Grita desen-

volve atividades formativas durante todo o ano, envolvendo principalmente jovens da comunidade. A proposta uma formação artística, mobilização comunitária e reflexão social, envolvendo moradores em todas as etapas da produção.

## Estrutura e poucos recursos é um grande desafio

Segundo o integrante do grupo, Zezé Lisboa, um dos principais desafios é estruturar a encenação com poucos recursos. "A maior dificuldade é transformar essa comunidade em uma cidade cenográfica. São cenários grandiosos, muita gente envolvida", disse.

Mais de 1.800 pessoas participam diretamente da produção, em áreas como costura, cenografia e construção. Além disso, há uma rede de voluntários que atua na organização, apoio logístico e acolhimento do público. Mesmo com dificuldades financeiras e desafios como o período chuvoso, o espetáculo nunca deixou de ser realizado ao longo dos 45 anos, o que demonstra a força e o comprometimento da comunidade com a tradição.

## Inclusão como mensagem central

A edição de 2026 traz como destaque a ampliação da proposta inclusiva. O espetáculo contará com a participação de pessoas com deficiência e jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA), reforçando o compromisso social do projeto.

Lúcia Baldez, representante de uma das instituições parceiras envolvidas na ação, também destacou a importância da iniciativa no fortalecimento da inclusão por meio da arte. "É um passo muito importante, não só pela inclusão, mas pela vivência dessas crianças ocupando um espaço tão potente", destacou.

Além da participação no elenco, o evento também prevê medidas de acessibilidade para o público, como espaços adaptados e apoio durante a apresentação, garantindo acolhimento e inclusão. A organização também orienta o público sobre os melhores pontos de acesso e circulação durante o espetáculo.

Ao completar 45 anos, a Via Sacra do Anjo da Guarda se consolida como um evento que une fé, cultura e transformação social, mantendo viva uma tradição da Semana Santa enquanto dialoga com questões contemporâneas e promove o protagonismo da comunidade.

## EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ nº 06.272.793/0001-84  
NIRE nº 213.0000686-9 | Código CVM nº 01660-8  
VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026

**EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.** ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2026, às 10 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iv) a fixação do número de membros do Conselho de Administração; (v) a eleição dos membros do Conselho de Administração; (vi) a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; (vii) a instalação do Conselho Fiscal; (viii) a fixação do número de membros do Conselho Fiscal; (ix) a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e (x) a fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026. A Assembleia Geral ocorrerá por meio de videoconferência na plataforma "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), observando o disposto na RCVM 81. Para participação na Assembleia Geral via Plataforma Digital, o acionista deverá solicitar seu cadastro, impreterivelmente, até o dia 26 de abril de 2026, mediante solicitação pelo e-mail [assembleia.ma@equatorialenergia.com.br](mailto:assembleia.ma@equatorialenergia.com.br), fornecendo as informações e documentos indicados a seguir e na versão integral do Edital de Convocação e na Proposta da Administração da Companhia para a Assembleia Geral ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá: (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral conforme descritos na versão integral do Edital de Convocação e na Proposta da Administração da Companhia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail [assembleia.ma@equatorialenergia.com.br](mailto:assembleia.ma@equatorialenergia.com.br), com até 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não se cadastrarem validamente pelo e-mail indicado, com o correspondente depósito dos documentos solicitados, até o dia 26 de abril de 2026, inclusive. A Companhia reforça que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital para participação da Assembleia Geral, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<https://www.b3.com.br/pt-br/institucional>), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso à Plataforma Digital. Conforme previsto no § 1º do art. 141 da Lei das S.A., no art. 5º da RCVM 81 e nos arts. 1º e 3º da Resolução CVM 70, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48h antes da Assembleia Geral, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. No cálculo do percentual necessário para requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria devem ser excluídas (Processos CVM RJ2013/4386 e RJ2013/4607, julgados em 04.11.2014). Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral deste Edital está disponível na página eletrônica do jornal "O Imparcial" (<https://oimparcial.com.br/publicidade-legal/>), da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>), da CVM (<http://www.gov.br/cvm>) e da B3 (<http://www.b3.com.br>).

São Luís/MA, 27 de março de 2026.  
**Augusto Miranda da Paz Júnior**  
Presidente do Conselho de Administração

**equatorial**

## EQUATORIAL S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ nº 03.220.438/0001-73  
NIRE 213.0000938-8 | Código CVM nº 02001-0  
VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026

**EQUATORIAL S.A.** ("Companhia") vem, pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2026, às 10 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

## Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;

(ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;

(iii) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;

(iv) a fixação do número de membros do Conselho Fiscal;

(v) a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;

(vi) a fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026;

## (B) Em Assembleia Geral Extraordinária:

(i) a alteração do *caput* do artigo 6º do estatuto social da Companhia para refletir o atual capital social da Companhia;

(ii) a ratificação da nomeação da empresa especializada Baker Tilly Corporate Finance Assessoria Empresarial LTDA. (CNPJ/MF nº 63.228.207/0001-38), responsável pela elaboração do laudo de avaliação do valor econômico da Companhia, para fins de verificação do valor de reembolso das ações em decorrência do exercício do direito de resgate, nos termos do artigo 45, § 3º, da Lei das S.A., na hipótese de aprovação da redução do dividendo obrigatório da Companhia;

(iii) a alteração do artigo 27, § 2º, item (iii), do estatuto social da Companhia para redução do dividendo obrigatório ("Redução do Dividendo Obrigatório");

(iv) a alteração dos itens (iv) e (v) do artigo 27, § 2º, do Estatuto Social da Companhia para adequação das disposições estatutárias, condicionada à aprovação da Redução do Dividendo Obrigatório; e

(v) a consolidação do estatuto social da Companhia.

A Assembleia Geral ocorrerá por meio de videoconferência na plataforma "Ten Meetings" ([link: https://assembleia.ten.com.br/11435261](https://assembleia.ten.com.br/11435261)), observando o disposto na RCVM 81 ("Plataforma Digital").

Os acionistas interessados em participar da Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico deverão acessar a Plataforma Digital e realizar o seu cadastro impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, ou seja, até 28 de abril de 2026 (inclusive). Já os acionistas que optarem por enviar os boletins de voto a distância diretamente à Companhia deverão realizar o referido cadastro e o preenchimento dos respectivos boletins de voto a distância impreterivelmente em até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, ou seja, até 26 de abril de 2026 (inclusive) ("Cadastro").

Após o Cadastro, a Companhia irá analisar a documentação apresentada, podendo, conforme o caso, solicitar que o acionista (ou seu representante) providencie a complementação dos documentos nos prazos aplicáveis.

Caso o acionista ou seu representante não receba a confirmação para participação na Assembleia Geral, ou tenha dificuldades em relação ao Cadastro, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, pelo e-mail [assembleia@equatorialenergia.com.br](mailto:assembleia@equatorialenergia.com.br), com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário.

A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos acionistas (e.g., instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do acionista, entre outros).

Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital e à manifestação de votos a distância serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<https://www.b3.com.br/pt-br/institucional>), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso à Plataforma Digital.

Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral deste Edital está disponível na página eletrônica do jornal "O Imparcial" (<https://oimparcial.com.br/publicidade-legal/>), da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<https://www.b3.com.br/pt-br/institucional>).

São Luís/MA, 30 de março de 2026.  
**Eduardo Parente Menezes**  
Presidente do Conselho de Administração

**equatorial**

**BARRA DO CORDA**  
ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA

## AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

## AVISO DE HOMOLOGAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 3780/2025.

**OBJETO:** Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento de Merenda Escolar (Perecíveis), de interesse da Secretaria Municipal de Educação do Município de Barra do Corda/MA. Homologado o procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n.º 007/2026, que foi ADJUDICADO, em favor da empresa C C NASCIMENTO COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 63.540.066/0001-94, com sede na Rua Quatro, n.º 08, Bairro Super, Quadra 602, CEP: 65.913-320, Imperatriz/MA, e-mail: [cccomercioltda@gmail.com](mailto:cccomercioltda@gmail.com), telefone: (99) 3071-3063, neste ato representada por seu Proprietário, Sr. CREUZA CARVALHO DO NASCIMENTO, inscrito no CPF n.º 146.318.813-72 e portador de C. I. n.º 228359 SSP/MA, foi declarada vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, totalizando o Valor Global de R\$ 1.779.037,25 (um milhão e setecentos e setenta e nove mil e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos). **JOÃO PEDRO FREITAS DA SILVA FILHO**, Secretário Municipal de Educação. Barra do Corda/MA, 01 de abril de 2026.



## EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO: (22 de abril de 2026, às 14h30min \*)  
2º LEILÃO: (24 de abril de 2026, às 14h30min \*) (\*horário de Brasília)

**Mauro Zukerman** Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 328, com escritório na Rua Minas Gerais, nº 316, Cj. 62, Higienópolis, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL vierem ou dele conhecimento tiver, que levará a LEILÃO PÚBLICO de modo SOMENTE ON-LINE, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., inscrito no CNPJ sob nº 90.400.888/0001-42, com sede em São Paulo/SP, à Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Conj. 281, Bloco A, Vila Nova Conceição, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, nº 0010063158, firmado em 11/03/2020, com o Fiduciário LAURYFRAN VELOSO CAMPOS, brasileiro, técnico em mecânica, solteiro, maior, portador do RG nº 063061672017-2-SESP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 759.948.305-20, residente e domiciliado em São Luís/MA, no dia 22 de abril de 2026 em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 309.908,83 (trezentos e nove mil novecentos e oito reais e três centavos), o qual encontra-se atualizado conforme disposições contratuais, o imóvel constituído pela Casa, situada na Rua 08, nº 52, Unidade nº 103, Cidade Operária, São Luís/MA. Área construída: 176,50m² (conforme laudo) e Área de terreno: 200,00m², melhor endereço na matrícula nº 29.342 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de São Luís/MA. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 174.020,86 (cento e setenta e quatro mil e vinte reais e oitenta e seis centavos) – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site [www.portazuk.com.br](http://www.portazuk.com.br), encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTA EDITAL NO SITE: [www.portazuk.com.br](http://www.portazuk.com.br). Informações pelo Whatsapp: (11) 99514-0467 ou pelo e-mail [contato@portazuk.com.br](mailto:contato@portazuk.com.br) (Dossiê 26704).

**BARÃO DE GRAJAU**

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

O Município de Barão de Grajaú - MA, torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 001/2026, do Tipo Menor Preço Global, advinda do Processo Administrativo nº 019/2026, que tem como objeto a contratação de empresa de engenharia para execução de obras de construção de unidades habitacionais no município de Barão de Grajaú/MA, incluindo materiais, mão de obra e demais insumos necessários, conforme projeto aprovado e especificações técnicas, nas condições e especificações apresentadas no Anexo I – Projeto Básico do Edital e seus anexos. Data final para cadastro das propostas: 20/04/2026, às 09h59min. Data de abertura da sessão: dia 20/04/2026, às 10h. O Edital poderá ser consultado pelo sistema Sinc-Contrata/TCE-MA, ou no site da Prefeitura de Barão de Grajaú/MA através do endereço eletrônico: <https://www.baraoodegrajau.ma.gov.br/transparencia>; ou pelo portal de compras através do endereço: [licita@baraoodegrajau.ma.gov.br](mailto:licita@baraoodegrajau.ma.gov.br). Mais informações podem ser solicitadas através do e-mail: [cpidebaraoodegrajau@gmail.com](mailto:cpidebaraoodegrajau@gmail.com).

Barão de Grajaú (MA), 31/03/2026.

**MANOEL DO CARMO AIRES**  
Secretário Municipal de Administração

ITACEL - TERMINAL DE CELULOSE DE ITAQUI S.A.  
CNPJ nº 32.239.007/0001-57

Demonstrações Financeiras 2025

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

**VISSO GERAL:** A Itacel é uma Companhia controlada pela Maxcel, que atua como concessionária no Porto de Itaquí. **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Resultados: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes a respeito das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R\$"), exceto se expresso de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, bem como considerando a continuidade de suas atividades operacionais. **Resultado Líquido do Exercício:** Comparado ao exercício anterior, o Resultado Líquido do Exercício em 2025 foi de R\$67.384 mil em 2024, resultado da prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de R\$70.195 mil de papel e celulose. **Custo dos Serviços Prestados:** O custo dos serviços prestados em 2025 foi de R\$50.195 mil em 2024, resultado do aumento nos custos dos serviços contratados para a movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose. **Prejuízo Bruto:** O prejuízo bruto foi de R\$765 mil em 2025, comparado ao lucro bruto de R\$1.658 mil em 2024, e é explicado pelo resultado operacional acima descrito. **Despesas Gerais e Administrativas:** As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$482 mil em 2025, 19,01% superior ao registrado em 2024 no valor de R\$405 mil. Essas despesas referem-se, substancialmente, aos gastos com impostos e taxas. **Resultado Financeiro Líquido:** O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$33 mil em 2025, inferior ao resultado positivo de R\$277 mil em 2024. Esse resultado é decorrente, principalmente, da menor receita financeira e em função de menores rendimentos sobre aplicações financeiras. **Resultado Líquido do Exercício:** A Companhia registrou um prejuízo de R\$873 mil em 2025, em comparação ao lucro de R\$1.824 mil em 2024. **DIVIDENDOS:** Em decorrência do prejuízo apurado em 2025, a Companhia não distribuiu dividendos. **RATING:** Ao

ATIVO	Nota	31/12/2025	Balanco 31/12/2024
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8	93
Aplicações financeiras	6	362	323
Contas a receber de partes relacionadas	8	56.414	41.766
Estoques		24	41
Outros ativos circulantes	7	501	501
Tributos a recuperar	7	17	17
Despesas antecipadas		239	226
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>57.212</b>	<b>42.967</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos a recuperar	7	2	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	1.269	930
Imobilizado	10	7.559	8.879
Direito de uso		45	66
Intangível	11	330	344
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>9.205</b>	<b>10.179</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>66.417</b>	<b>53.146</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

	Capital Social	Incentivos fiscais	Reserva	Reservas de lucros	Resultado do exercício	Patrimônio líquido total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	380.923		748	9.928	391.599	1.824
Resultado do exercício				9.928	1.824	1.824
<b>Transações de capital com os sócios</b>						
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 14.2)					(233)	(233)
Redução de capital (nota 14.1)					(233)	(233)
<b>Mutações Intangível líquido</b>						
Constituição de reservas (nota 14.3)		801	91	699	(1.591)	393.190
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	380.923	801	839	10.627	(873)	393.190
Resultado do exercício					873	873
<b>Mutações Intangível patrimônio líquido</b>						
Absorção de prejuízo		801	839	9.754		392.317
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	380.923	801	839	9.754		392.317

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**1. Contexto Operacional**

A Itacel foi lavrada a escritura pública de constituição da Itacel - Terminal de Celulose de Itaquí S.A. ("Itacel" ou "Companhia" ou "SPE"), controlada da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. ("Maxcel"). Em 12 de dezembro de 2018, a Companhia obteve a homologação perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") de sua constituição. A Itacel foi constituída na forma de Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), com sede na cidade de São Paulo, e uma sociedade por quotas de capital fechada, regida por estatuto social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Em 27 de julho de 2018, a Suzano S.A., por meio de sua controladora Maxcel, participou do leilão nº. 3/2018, realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAC"), para o arrendamento de áreas e infraestruturas públicas, as quais realizaram a movimentação e armazenagem de carga de papel e celulose. A Maxcel aprovou proposta vencedora para a concessão da área de 53.545 metros quadrados no Porto de Itaquí, localizado no estado do Maranhão, cujo direito de outorga da concessão foi registrado em suas demonstrações financeiras, no valor equivalente a R\$100. A garantia de pagamento prevista a constituição de uma arrendatária, neste caso a Itacel, a qual é responsável pela execução do objeto do contrato de concessão. O prazo de concessão inicial é de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por até 70 (setenta) anos. A SPE é sociedade por ações, constituída de acordo com a lei brasileira, por prazo indeterminado, com a finalidade exclusiva de explorar o arrendamento. O terminal começou a operar no Porto de Itaquí em 02 de setembro de 2022. A Companhia é controlada pela Suzano S.A. A Maxcel que detém 100% de participação nas ações ordinárias do capital social, que por sua vez, é controlada pela Suzano S.A. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 30 de março de 2026.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes a respeito das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R\$"), exceto se expresso de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores representados de receita e despesas. Suas decisões relativas a essas estimativas e premissas, bem como as estimativas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.7. As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

**3. Resumo das Políticas Contábeis Materiais**  
As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando políticas e práticas contábeis consistentes para ambos os exercícios apresentados. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025. **3.1 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis:** As novas normas e interpretações contábeis aplicáveis em 2025 são as seguintes: **3.1.1 Alterações do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025):** As alterações criaram requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e se a moeda é estrangeira. A entidade não conseguiu obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avaliou: (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira; (ii) a capacidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e (iii) a existência de meios para obter a moeda estrangeira disponível que criam diretos e obrigações executáveis. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **3.2 Políticas contábeis adotadas:** **3.2.1 Moeda funcional e de apresentação:** A Companhia definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real, bem como a base de preparação de suas demonstrações financeiras. **3.2.2 Instrumentos financeiros:** **3.2.1 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são aqueles que possuem um fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais são originem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, compreendendo o saldo das rubricas de caixa e equivalentes de caixa e o custo dos clientes. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originários, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente convertíveis em dinheiro no mesmo período de tempo que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **Contas a receber de clientes:** São registradas pelo valor nominal futuro na data de venda no curso normal das atividades da Companhia e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas. **Fornecedores:** Correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor presente líquido mensurado ao custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. **3.2.2.3 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. São exemplos de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: (i) derivativos financeiros; (ii) investimentos em ações de empresas que não sejam controladas; (iii) opções de compra ou venda; (iv) derivativos financeiros; (v) derivativos financeiros; (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável no valor dos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não seja necessária para a avaliação de risco de crédito. O montante líquido é o valor presente líquido da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é reconhecida na demonstração de resultado. **3.2.3 Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, incluindo a construção, líquido dos impostos recuperáveis e, se aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação decorrem de avaliações periódicas e são revisados quando houver mudanças nas demonstrações financeiras. Os terrenos não sofrem depreciação. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.4 Intangível:** **3.2.4.1 Contratos de arrendamento e concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são registradas no intangível e será revertida ao poder concedente após o encerramento do contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. No entanto, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida linearmente na demonstração de resultado durante o prazo de concessão. **3.2.4.2 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações contábeis novas e em desenvolvimento ("CSLL") correntes e diferidos: Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado. O imposto de renda é reconhecido com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram tributos. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre os ativos e diferidos passivos com base nos valores contábeis e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro líquido seja suficiente para recuperar o custo dos ativos reconhecidos e reconhecidos com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma competência fiscal. **3.2.5 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando da efetiva execução dos serviços contratados. Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, vendas canceladas, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm custos de financiamento e não são descontadas. **3.2.7 Julgamentos e estimativas e premissas contábeis materiais:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: a análise anual do valor recuperável de ativos (notas 10 e 11); análise anual do valor recuperável de tributos (notas 7 e 9); e arrendamento. A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações contábeis novas e em desenvolvimento ("CSLL") correntes e diferidos: Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado. O imposto de renda é reconhecido com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram tributos. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre os ativos e diferidos passivos com base nos valores contábeis e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro líquido seja suficiente para recuperar o custo dos ativos reconhecidos e reconhecidos com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma competência fiscal. **3.2.5 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando da efetiva execução dos serviços contratados. Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, vendas canceladas, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm custos de financiamento e não são descontadas. **3.2.7 Julgamentos e estimativas e premissas contábeis materiais:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: a análise anual do valor recuperável de ativos (notas 10 e 11); análise anual do valor recuperável de tributos (notas 7 e 9); e arrendamento. A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações contábeis novas e em desenvolvimento ("CSLL") correntes e diferidos: Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado. O imposto de renda é reconhecido com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram tributos. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre os ativos e diferidos passivos com base nos valores contábeis e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro líquido seja suficiente para recuperar o custo dos ativos reconhecidos e reconhecidos com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma competência fiscal. **3.2.5 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando da efetiva execução dos serviços contratados. Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, vendas canceladas, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm custos de financiamento e não são descontadas. **3.2.7 Julgamentos e estimativas e premissas contábeis materiais:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: a análise anual do valor recuperável de ativos (notas 10 e 11); análise anual do valor recuperável de tributos (notas 7 e 9); e arrendamento. A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações contábeis novas e em desenvolvimento ("CSLL") correntes e diferidos: Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado. O imposto de renda é reconhecido com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram tributos. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre os ativos e diferidos passivos com base nos valores contábeis e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro líquido seja suficiente para recuperar o custo dos ativos reconhecidos e reconhecidos com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma competência fiscal. **3.2.5 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando da efetiva execução dos serviços contratados. Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, vendas canceladas, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm custos de financiamento e não são descontadas. **3.2.7 Julgamentos e estimativas e premissas contábeis materiais:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: a análise anual do valor recuperável de ativos (notas 10 e 11); análise anual do valor recuperável de tributos (notas 7 e 9); e arrendamento. A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações contábeis novas e em desenvolvimento ("CSLL") correntes e diferidos: Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado. O imposto de renda é reconhecido com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram tributos. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre os ativos e diferidos passivos com base nos valores contábeis e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro líquido seja suficiente para recuperar o custo dos ativos reconhecidos e reconhecidos com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma competência fiscal. **3.2.5 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando da efetiva execução dos serviços contratados. Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, vendas canceladas, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm custos de financiamento e não são descontadas. **3.2.7 Julgamentos e estimativas e premissas contábeis materiais:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: a análise anual do valor recuperável de ativos (notas 10 e 11); análise anual do valor recuperável de tributos (notas 7 e 9); e arrendamento. A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações contábeis novas e em desenvolvimento ("CSLL") correntes e diferidos: Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado. O imposto de renda é reconhecido com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram tributos. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre os ativos e diferidos passivos com base nos valores contábeis e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro líquido seja suficiente para recuperar o custo dos ativos reconhecidos e reconhecidos com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma competência fiscal. **3.2.5 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando da efetiva execução dos serviços contratados. Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, vendas canceladas, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm custos de financiamento e não são descontadas. **3.2.7 Julgamentos e estimativas e premissas contábeis materiais:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: a análise anual do valor recuperável de ativos (notas 10 e 11); análise anual do valor recuperável de tributos (notas 7 e 9); e arrendamento. A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações contábeis novas e em desenvolvimento ("CSLL") correntes e diferidos: Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado. O imposto de renda é reconhecido com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram tributos. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre os ativos e diferidos passivos com base nos valores contábeis e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro líquido seja suficiente para recuperar o custo dos ativos reconhecidos e reconhecidos com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma competência fiscal. **3.2.5 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando da efetiva execução dos serviços contratados. Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, vendas canceladas, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm custos de financiamento e não são descontadas. **3.2.7 Julgamentos e estimativas e premissas contábeis materiais:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: a análise anual do valor recuperável de ativos (notas 10 e 11); análise anual do valor recuperável de tributos (notas 7 e 9); e arrendamento. A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações contábeis novas e em desenvolvimento ("CSLL") correntes e diferidos: Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado. O imposto de renda é reconhecido com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram tributos. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre os ativos e diferidos passivos com base nos valores contábeis e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro líquido seja suficiente para recuperar o custo dos ativos reconhecidos e reconhecidos com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma competência fiscal. **3.2.5 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando da efetiva execução dos serviços contratados. Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, vendas canceladas, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm custos de financiamento e não são descontadas. **3.2.7 Julgamentos e estimativas e premissas contábeis materiais:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: a análise anual do valor recuperável de ativos (notas 10 e 11); análise anual do valor recuperável de tributos (notas 7 e 9); e arrendamento. A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações contábeis novas e em desenvolvimento ("CSLL") correntes e diferidos: Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado. O imposto de renda é reconhecido com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram tributos. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre os ativos e diferidos passivos com base nos valores contábeis e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro líquido seja suficiente para recuperar o custo dos ativos reconhecidos e reconhecidos com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma competência fiscal. **3.2.5 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando da efetiva execução dos serviços contratados. Para isso, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, vendas canceladas, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm custos de financiamento e não são descontadas. **3.2.7 Julgamentos e estimativas e premissas contábeis materiais:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: a análise anual do valor recuperável de ativos (notas 10 e 11); análise anual do valor recuperável de tributos (notas 7 e 9); e arrendamento. A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações contábeis novas e em desenvolvimento ("CSLL") correntes e diferidos: Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração de resultado. O imposto de renda é reconhecido com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram tributos. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre os ativos e diferidos passivos com base nos valores contábeis e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Os impostos e contribuições difer

São Luís, quinta-feira, 2 de abril de 2026

ITACEL - TERMINAL DE CELULOSE DE ITAQUI S.A. - CNPJ nº 32.239.007/0001-57

← continuação

Aos Administradores e Acionistas

Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2026

**pwc** PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP00160/O-5

Daniel Vinícius Furno  
Contador  
CRC 1SP256197/O-9

## ÁLBUM "SABORES"

## Núbia celebra o reggae maranhense turnê nacional

Com 10 anos de estrada, Núbia carrega a herança cultural de São Luís, a Jamaica Brasileira

Reconhecida como uma das grandes promessas do reggae nacional, a cantora maranhense Núbia deu o pontapé inicial na turnê nacional do seu álbum visual "Sabores". O show de estreia aconteceu na noite 5 de março, na Casa Natura Musical, em São Paulo, e contou com um encontro geracional histórico: a participação de Célia Sampaio, a "Dama do Reggae".

A circulação "Sabores" foi selecionada pelo prestigioso Edital Natura Musical de 2025/2026, figurando ao lado de expoentes como Luedji Luna e Teresa Cristina. Para Núbia, o reconhecimento é um divisor de águas que profissionaliza não apenas sua arte, mas toda a sua equipe técnica.

"Foi uma surpresa boa e um sentimento de orgulho. Sabemos da importância desse edital na renovação da cena musical brasileira. É uma conquista que valida todo o nosso trabalho", afirma a artista.

Julia Ceschin, Head da Marca Natura, reforça que o foco do projeto é for-

talear a experiência do palco: "Projetos como este são pilares para que os artistas circulem, o público se renove e as cenas locais ganhem ainda mais fôlego".

## De São Luís para o mundo

Com 10 anos de estrada, Núbia carrega a herança cultural de São Luís, a Jamaica Brasileira. Sua trajetória é marcada por apresentações em festivais de peso como o BR-135, Psica e o internacional Afropunk (2025).

Sua formação musical começou em casa, ouvindo a mãe e a irmã cantarem. Aos 15 anos, teve as primeiras aulas de violão com um dos fundadores da banda Guetos. Embora tenha iniciado suas referências no reggae masculino — como Gregory Isaacs e The Congos — Núbia encontrou sua verdadeira identidade ao mergulhar na produção feminina do gênero.

## Planos futuros

Para o futuro, Núbia está focada em rodar o Brasil com sua nova turnê e le-

var o reggae maranhense para novos cantos do país. "Estou focada em fazer essa circulação, fazer o público conhecer mais da nossa sonoridade, conhecer um pouco mais da nossa cultura, um pouco mais da nossa poesia". A artista também revela planos de lançar um álbum novo em 2027.



## TEATRO

## "Um Amor de Renúncia" chega a São Luís com roteiro inspirado em obra de Chico Xavier

A peça "Um Amor de Renúncia", inspirada na obra Renúncia, psicografada por Chico Xavier a partir do espírito Emmanuel, chega a São Luís para duas apresentações nos dias 9 e 10 de abril, às 20h, no Teatro João do Vale.



Ambientado na França do século XVII, o espetáculo conta a história de amor e sacrifício entre Alcione e Padre Carlos. A trama acompanha o envolvimento proibido do casal em meio a um período marcado pela atuação da Santa Inquisição, destacando os conflitos entre fé, dever e sentimentos pessoais.

A narrativa aborda as dificuldades enfrentadas pelos personagens diante das crenças e preconceitos da época, evidenciando a força do amor e da espiritualidade em um contexto de perseguição e intolerância.

A adaptação teatral é assinada por Alberto Centurião e a direção geral é de Lucienne Cunha. O espetáculo estreou em 2012 e já passou por diversas cidades brasileiras.

No elenco, estão Thalita Drodowski, André Sakarji e Valdir Ramos. A iluminação e o som ficam por conta de Gilberto Giacomucci. A realização nacional é da Rama Kriya Produções. Os ingressos estão disponíveis pela internet.

A Vale S/A torna público, que REQUEREU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais-SEMA, em 16/03/2026, Renovação para Outorga de Direito de Uso nº 0725009/2021, para Uso de Água Subterrânea do poço 07N situado no Município de Bom Jesus das Selvas-MA, para fins de uso Industrial e Consumo Humano, conforme dados constantes no processo nº 26030030013/2026.

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.05521**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de implantação de sistema simplificado de abastecimento de água no município de Conceição do Lago-Açu/MA, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços correlatos, com recursos do Contrato de Repasse nº 967145/2024/MCIDADES/CAIXA firmado com a Secretaria de Estado de Governo.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA

**NOVA DATA:** 19/05/2026 às 10h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br). Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada na Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.

**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 024/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.06213**

**OBJETO:** Contratação integrada de empresa especializada em obras e serviços especiais de engenharia para a execução integrada (projeto + obra) de intervenções de reabilitação e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do município de Pirapemas/MA, compreendendo a elaboração dos projetos básico e executivo e a execução de todas as obras, serviços, fornecimentos, montagens, testes, comissionamento e demais intervenções necessárias à plena implantação, operação e funcionalidade do sistema, conforme diretrizes técnicas estabelecidas no anteprojeto.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA

**NOVA DATA:** 15/07/2026 às 11h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br). Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada na Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.

**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 026/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.110124.06292**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para execução de obras e serviços de engenharia para a implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Comunidades Urbanas no município de GOVERNADOR ARCHER/MA, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, com recursos do Contrato de Repasse nº 968731/MCIDADES/CAIXA firmado com a Secretaria de Estado de Governo. Os serviços previstos no anteprojeto incluem, entre outros: estudos técnicos complementares; investigações geotécnicas e hidrologias; escavações; execução de estruturas em concreto; assentamento de adutoras e redes de distribuição; montagem de sistemas hidráulicos; intervenções ambientais; logística e fornecimento de materiais; testes operacionais; comissionamento e entrega definitiva do sistema.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA

**NOVA DATA:** 15/07/2026 às 15h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br). Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada na Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.

**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 028/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.11124.00032**

**OBJETO:** Execução integrada das ações necessárias à modernização, ampliação e consolidação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da sede do Município de Mirador/MA, compreendendo a elaboração dos projetos básico e executivo, bem como a execução das obras e serviços de engenharia correlatos, incluindo intervenções civis, eletromecânicas, hidráulicas, elétricas, de automação e de controle operacional, em conformidade com o anteprojeto e demais documentos técnicos que integram a contratação. O objeto corresponde à Meta 1 (Obra) do Termo de Compromisso nº 968238/2024/MCIDADES/CAIXA (Novo PAC), no valor de R\$ 6.420.805,63 (seis milhões, quatrocentos e vinte mil, oitocentos e cinco reais e sessenta e três centavos), que constitui o valor máximo da contratação, financiado integralmente com recursos da União.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA

**NOVA DATA:** 16/07/2026 às 09h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br). Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada na Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.

**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

**GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO**  
**COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**  
**AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 030/2026 – CSL/SEGOV-MA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.11124.00033**

**OBJETO:** Modernização, ampliação e consolidação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da sede do Município de Lago Verde/MA, compreendendo, sob o regime de contratação integrada, a elaboração dos Projetos Básico e Executivo e a execução das obras civis, hidráulicas, eletromecânicas, elétricas e de automação necessárias à plena funcionalidade do sistema, conforme diretrizes do anteprojeto.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL.

**FORMA:** ELETRÔNICA

**NOVA DATA:** 16/07/2026 às 11h30min, horário de Brasília/DF.

**Local de Realização:** Portal de Compras do Estado do Maranhão: [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br). Edital e demais informações do processo licitatório estão em: [www.segov.ma.gov.br](http://www.segov.ma.gov.br) ou [www.licitama.com.br](http://www.licitama.com.br) ou [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp).

Informações adicionais serão prestadas na CSL/SEGOV localizada na Av. Pedro II, 180 – Centro, São Luís/MA, 65010-450, Ed. João Goulart, 1º Andar, ou pelo e-mail [csl@segov.ma.gov.br](mailto:csl@segov.ma.gov.br).

São Luís (MA), 31 de março de 2026.

**Eduardo Henrique de Melo Santos**  
Agente de Contratação  
Secretaria de Estado de Governo – SEGOV/MA

INTERVENÇÕES

# MPMA vistoria Estádio no Castelão

Na ocasião, foram observadas a limpeza dos banheiros e dependências internas, a troca das instalações elétrica e hidráulica, as reformas das salas, a correção das infiltrações

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, vistoriou o estádio Castelão, localizado no bairro Barreto, em São Luís. A inspeção foi feita em parceria com a Superintendência de Vigilância Sanitária Estadual (Suvisa), Corpo de Bombeiros, Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Sedel) e Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra). Também participaram representantes das empresas responsáveis por obras e manutenções do complexo.

O objetivo foi verificar as obras e intervenções que estão sendo feitas no estádio após procedimento e requerimentos extrajudiciais do MPMA.

Na ocasião, foram observadas a limpeza dos banheiros e dependências internas, a troca das instalações elétrica e hidráulica, as reformas das salas, a correção das infiltrações, o estado das lanchonetes (incluindo o dos eletrodomésticos) e a correção da estrutura de vigas e pilares. A vistoria foi

coordenada pela promotora de justiça Alineide Martins Rabelo Costa.

De acordo com a promotora de justiça, na inspeção foi constatada a adoção de medidas voltadas à regularização dos problemas identificados anteriormente, com a observação de melhorias nas condições do estádio, bem como a substituição dos serviços de manutenção por nova empresa contratada, o que atende Recomendação expedida pelo MPMA no ano passado.

O procedimento do MPMA em relação ao estádio foi provocado por denúncia anônima feita à Ouvidoria da instituição, em 2025, indicando possíveis irregularidades nas condições de conservação do Castelão, especialmente nos banheiros e em elementos estruturais de determinados setores.

## Histórico

Em 2025, o MPMA instaurou procedimento após denúncia anônima recebida, depois da partida entre Flamengo x Botafogo-PB, em 4 de maio.

O relato indicava possíveis irregularidades nas condições do estádio. Após o registro, foram expedidos ofícios à Sedel, à Vigilância Sanitária e ao Corpo de Bombeiros, com o objetivo de obter informações e promover vistorias técnicas.

Após a apresentação de cronograma de melhorias e procedimentos realizados pela Sedel, Sinfra, Corpo de Bombeiros e Suvisa, e expedição de Recomendações à Sedel, o MPMA realizou vistoria, em 2 de dezembro de 2025, quando foram verificadas condições relacionadas à manutenção predial, organização de áreas internas e funcionamento de serviços de apoio. Na ocasião, foi revelado que a empresa contratada para manutenção, BM de Almeida Ltda., dispunha de número restrito de funcionários para todo o complexo. Em razão desse quadro, a Promotoria de Justiça entendeu haver indícios de inexecução contratual e recomendou à Sedel a rescisão imediata do contrato, pedido atendido em 2026.

## ENERGIA ELÉTRICA

# Equatorial reforça uso consumo consciente

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) divulgou que a bandeira verde será mantida no mês de abril. O que significa que os consumidores brasileiros não irão arcar com custos adicionais nas contas de energia elétrica. Com o volume de chuvas observado em março, há nível satisfatório dos reservatórios das usinas hidrelétricas, refletindo em geração favorável de energia.



A bandeira verde está vigorando desde janeiro, com o regime de chuvas em patamar favorável no primeiro trimestre. A situação permite que não ocorra o acionamento de termelétricas, que apresentam custo.

### Como funcionam

O mecanismo das bandeiras tarifárias foi criado em 2015 para indicar o custo real da geração de energia elétrica. Ele reflete o custo variável da produção de energia, considerando fatores como a disponibilidade de recursos hídricos, o avanço das fontes renováveis, e o acionamento de fontes de geração.

Assim, as cores das bandeiras tarifárias (verde, amarela ou vermelha), definidas mensalmente, indicam se a

energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade. A bandeira verde indica condições favoráveis de geração de energia e a tarifa não sofre nenhum acréscimo. Na bandeira amarela as condições de geração são menos favoráveis. Já as bandeiras vermelhas – Patamar 1 ou 2 indicam condições ainda mais custosas de geração. E há cobranças extras, repassadas ao consumidor na conta de luz, à partir das bandeiras amarela e vermelha.

### • Uso consciente e sem desperdícios de energia mesmo na bandeira verde

• A Equatorial Maranhão reforça a importância do uso responsável da energia elétrica em abril, mesmo com a manutenção da bandeira verde

• O uso consciente da energia elétrica evita desperdícios e contribui com a sustentabilidade e com o meio ambiente.

• A Distribuidora alerta sobre a importância de seus clientes continuarem adotando hábitos sustentáveis sempre.

### Dicas para o consumo de energia sem desperdícios:

• Evite deixar aparelhos ligados em stand-by, pois eles continuam consumindo energia. Sempre desligue da tomada todos os aparelhos que não estiverem sendo usados.

• Não coloque o celular para carregar a noite, quando for dormir, para que ele não fique muito tempo conectado e consumindo energia sem necessidade. Carregue o celular no tempo correto.

• Aproveite a luz natural e evite deixar lâmpadas acesas durante o dia. À noi-

te, desligue as lâmpadas dos ambientes que não estiverem sendo utilizados.

• Em relação ao uso do ar-condicionado, a dica é colocar a temperatura em 23 ou 24 graus. Dessa forma, o aparelho irá consumir menos energia e o conforto será mantido. Outra dica é fazer o uso do aparelho intercalado com o ventilador em dias menos quentes, pois ventiladores consomem menos energia.

• A geladeira está entre os eletrodomésticos que mais consomem energia elétrica, por isso, evite ficar abrindo e fechando a porta com frequência. Uma dica simples para reduzir o desperdício é manter uma garrafa térmica com água fora da geladeira. Não guarde alimentos quentes em seu interior e verifique se a borracha de vedação está em bom estado de conservação.

• Utilize lâmpadas de Led, que são mais econômicas e não esquentam, além de durarem mais que as fluorescentes.

### Mais economia

Os clientes enquadrados como baixa renda podem obter descontos na conta de energia por meio da Tarifa Social de Energia Elétrica, programa do Governo Federal que garante esse benefício. Para mais informações sobre os critérios e o cadastro, os interessados podem acessar os canais oficiais da Equatorial Maranhão: WhatsApp (Assistente Virtual Clara) no número (98) 2055-0116; site [www.equatorialenergia.com.br](http://www.equatorialenergia.com.br); Central de Atendimento 116 ou postos de atendimento presencial da Distribuidora.

## ATENDIMENTO AO PÚBLICO

# Funcionamento de canais digitais como alternativa para o feriado

No feriado da Sexta-feira Santa (3), a Equatorial Maranhão informa que as agências de atendimento, agentes credenciados e postos de coleta E+ Reciclagem, não funcionarão em todo o Maranhão. Caso necessitem de atendimento presencial, a Distribuidora orienta aos clientes que antecipem a ida as agências ou aguardem o retorno de todos os pontos na segunda-feira (6).



As agências de atendimento ao público, bem como os postos credenciados e unidades do programa E+ Reciclagem, operam normalmente até a quinta-feira, 2 de abril. A medida segue o calendário tradicional de funcionamento em datas comemorativas, mas também reflete uma tendência crescente no setor de serviços: a migração de atendimentos para plataformas digitais, que passam a desempenhar papel central em períodos de interrupção física ou para quem busca mais agilidade e comodidade.

### Serviços disponíveis on-line 24h

Os canais digitais permanecem disponíveis durante todo o feriado, funcionando 24 horas por dia. Entre as principais ferramentas está a assistente virtual Clara, acessível via WhatsApp pelo número (98) 2055-0116. O serviço automatizado permite ao consumidor resolver demandas como comunicação de falta de energia, solicitação de religação, emissão de segunda via de fatura, consulta de débitos e até cadastro na Tarifa Social de Baixa Renda.

Também estão disponíveis serviços voltados a situações emergenciais, como o registro de ocorrências classificadas como “risco à vida”, envolvendo a rede elétrica, um dos atendimentos considerados prioritários pela concessionária.

Além do WhatsApp, o cliente pode recorrer à Central de Atendimento 116, com ligação gratuita e funcionamento ininterrupto, ao site oficial da empresa ou ao aplicativo Equatorial Energia, disponível para sistemas Android e iOS.

A Equatorial Maranhão visa garantir a continuidade no suporte ao consumidor, mesmo diante da suspensão temporária do atendimento presencial. Em um cenário de digitalização crescente dos serviços públicos e privados, a Equatorial reforça a aposta em canais remotos como forma de ampliar a eficiência e reduzir o impacto de feriados no atendimento.

Para o consumidor, a recomendação é antecipar demandas presenciais e, sempre que possível, utilizar as plataformas digitais, que concentram hoje a maior parte dos serviços essenciais oferecidos pela Distribuidora.

### Confira os canais de atendimento disponíveis:

Assistente virtual – Clara

A Clara está disponível via WhatsApp, pelo número (98) 2055-0116, com atendimento instantâneo e automatizado. A ferramenta oferece os seguintes serviços:

- 1. Falta de Energia
- 2. Religação
- 3. Código de Barra para Pagamento
- 4. Consulta de Débitos
- 5. Cadastro na Tarifa Social Baixa Renda
- 6. Segunda Via de Fatura
- 7. Cadastro de Data Certa (escolha do vencimento da conta)
- 8. Cadastro de Fatura via WhatsApp
- 9. Risco à Vida (situações emergenciais envolvendo a rede elétrica)

## EM DIVÓRCIOS

# Senado aprova guarda compartilhada de pets

Caso não haja acordo, a Justiça poderá definir a guarda compartilhada. A divisão deve equilibrar o tempo de convivência com o animal e os custos de manutenção.

AMANDA S. FEITOZA  
CORREIO BRAZILIENSE

O Senado aprovou, nesta quarta-feira (1º/4), um projeto que permite a guarda compartilhada de animais de estimação em casos de divórcio. A proposta segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O relator do projeto de lei, o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), afirmou que o texto reconhece o vínculo afetivo estabelecido entre as pessoas e o animal de estimação.

O projeto estabelece regras e restrições para esse tipo de guarda. Caso não haja acordo, a Justiça poderá definir a guarda compartilhada. A divisão deve equilibrar o tempo de convivência com o animal e os custos de manutenção.

O modelo só vale para animais que conviviam com o casal antes da separação. O juiz deve considerar fatores como ambiente adequado, condições de cuidado, zelo, sustento e disponi-



PROJETO ESTABELECE REGRAS E RESTRIÇÕES PARA ESSE TIPO DE GUARDA — (EDICASE)

bilidade de tempo. Além disso, os custos de alimentação e higiene do pet são de responsabilidade de quem estiver com o animal na ocasião. Despesas consideradas manutenção, como consultas veterinárias e remédios, deverão ser divididas.

A proposta também permite que um dos guardiões renuncie ao modelo. Caso o tutor descumpra os acordos repetidas vezes, sem justificativa ou identificados maus-tratos ou violên-

cia doméstica, poderá perder a guarda compartilhada. O PL também estabelece proibições para a adoção da guarda compartilhada. Não será possível se existir histórico ou risco de violência doméstica ou familiar ou de maus-tratos ao pet. Nesses casos, os cuidados do animal ficarão à outra parte e o agressor deverá quitar débitos pendentes até a extinção de vínculo.

## GOVERNO FEDERAL

## Maranhão apoia subsídio para conter preço do diesel

O Maranhão integra o grupo de estados que manifestaram apoio à proposta do governo federal para a concessão de um subsídio a importadores de diesel. A iniciativa visa amortecer a escalada dos preços dos combustíveis no mercado interno, impulsionada pela instabilidade no cenário internacional, especialmente devido ao conflito no Oriente Médio.

Até o momento, 20 unidades da federação indicaram adesão à medida, incluindo Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. O Distrito Federal, contudo, já se declarou contrário ao projeto, enquanto outros estados ainda avaliam o posicionamento. Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, a expectativa é formalizar a ação por meio de uma Medida Provisória ainda nesta semana, mesmo sem a unanimidade entre os entes federativos.

### Impacto fiscal do subsídio

O modelo apresentado aos governadores estabelece um benefício de R\$ 1,20 por litro de diesel importado com validade até o fim de maio. O custo será rateado igualmente entre a União e os estados, cabendo R\$ 0,60 a cada parte. Durante o período inicial de dois meses, estima-se que a perda de arrecadação para os estados, incluindo o Maranhão, some cerca de R\$ 1,5 bilhão. A compensação financeira será realizada por meio da retenção de parcelas do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Diferente de versões anteriores, o texto atual não exige que os estados zerem a alíquota do ICMS sobre o diesel. A proposta original de redução do

imposto estadual foi descartada pelos secretários de Fazenda, que alertaram para riscos severos à manutenção de serviços públicos e para a incerteza de que o benefício chegaria integralmente ao consumidor final.

No contexto maranhense, o diesel é pilar central da economia, impactando diretamente o transporte de mercadorias, o escoamento da produção agrícola e a mobilidade urbana.

### Vulnerabilidade do mercado

A disparada dos preços está intrinsecamente ligada à cotação do petróleo no exterior. Com o agravamento das tensões no Oriente Médio e o fechamento estratégico de rotas como o Estreito de Ormuz, o barril saltou de US\$ 60 para mais de US\$ 115. Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) revelam que o diesel no Brasil já acumula alta de 23,55% desde o início da crise. Apesar de ser produtor de óleo, o país ainda depende da impor-

tação de 30% do diesel consumido, o que o torna vulnerável às flutuações globais. As negociações foram conduzidas em reuniões entre o Ministério da Fazenda e representantes do Comsefaz e Confaz. O secretário-executivo da pasta, Rogério Ceron, enfatizou que a medida não configura uma retirada de tributos, mas uma ação conjunta para proteger caminhoneiros, produtores rurais e a população em geral. O governo federal já implementou outras medidas complementares, como a isenção de PIS/Cofins e uma subvenção prévia de R\$ 0,32 por litro.

### Combate a distorções

Para assegurar que o subsídio resulte em redução real nas bombas, o governo federal pretende intensificar o monitoramento do setor. As ações incluem o envio de notas fiscais em tempo real à ANP, o compartilhamento de dados fiscais entre os estados e a vigilância rigorosa sobre as distribuidoras. Paralelamente, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) conduz investigações sobre possíveis distorções de mercado e aumento injustificado de margens de lucro por parte dos agentes do setor.



## OPERAÇÃO SEMANA SANTA 2026

## Governo reforça organização e segurança na travessia do sistema ferryboat

Com o objetivo de reforçar a segurança, a organização e o pleno funcionamento das travessias do sistema ferryboat durante o início do mês de abril, o Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Governo (Segov), em parceria com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), realiza a "Operação Semana Santa 2026", entre os dias 2 e 7.

A operação será realizada nos terminais da Ponta da Espera e do Cujupe, com regras específicas para diferentes períodos e percursos, visando à redução do tempo de espera nas filas e à garantia de maior fluidez no atendimento ao público.

### Trajetos

No sentido Ponta da Espera/Cujupe, por exemplo, entre os dias 2 e 4 de abril, ficou definido que: na quinta-feira, dia 2/4, a venda de passagens será feita de maneira reduzida; na sexta-feira, dia 3/4, a venda estará bloqueada para todo o público — nesta data, os caminhoneiros não realizarão a travessia no sentido Ponta da Espera/Cujupe; e no sábado, dia 4/4, as vendas ocorrerão normalmente.

Já no sentido Cujupe/Ponta da Espera, entre os dias 5 e 7 de abril, será da seguinte forma: no domingo, dia 5/4, a venda será bloqueada ao público a partir do embarque das 14h50; na segunda-feira, dia 6/4, a venda também estará bloqueada ao público durante todo o dia — os caminhoneiros não realizarão a travessia no sentido Cujupe/Ponta da Espera; e na terça-feira, dia 7/4, as vendas ocorrerão normalmente.

Com todas as medidas, a operação será normalizada no dia 7 de abril.

### Operação Semana Santa 2026

A Segov reforça, ainda, que as viagens extras acontecerão durante todo o período da Semana Santa. Quanto aos dias em que não haverá venda antecipada, a secretaria destaca que o embarque será realizado por ordem de chegada, em fila única.

Para Bruno Mota, coordenador de Operação de Ferrys na Segov, a iniciativa evidencia o planejamento estratégico do Governo do Estado. "As medidas tomadas visam a um controle maior do embarque e ao cumprimento rigoroso da capacidade das embarcações. Dessa forma, com os usuários se programando com antecedência e acompanhando nossos canais oficiais para se manterem atualizados, em tempo real, sobre o fluxo de viagens, teremos novamente êxito em mais uma grande operação do Governo do Estado, assim como fizemos no Carnaval 2026", destacou.

### Fluxo de passageiros

Durante a Semana Santa, os terminais da Ponta da Espera e do Cujupe, ambos administrados pela EMAP, contarão com equipes especializadas para orientar os usuários e organizar o embarque. O objetivo é garantir um fluxo tranquilo, com suporte dedicado à organização das filas e ao atendimento das prioridades legais.

Após registrar 90.085 passageiros e 16.826 veículos em 2025, a Emap projeta que, em 2026, a movimentação ultrapasse 95 mil pessoas e 18 mil veículos. Segundo José Furtado, gerente de Terminais Externos da Emap, o planejamento foi intensificado. "A projeção considera o histórico de crescimento da operação. Por isso, estamos reforçando as ações internas para garantir organização, segurança e o melhor atendimento possível aos usuários", afirmou.

### Apoio

Além da Segov e da Emap, a "Operação Semana Santa 2026" conta ainda com a parceria do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), da Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e da Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos do Maranhão (CP-MA), para garantir segurança e controle do tráfego.

São Luís, quinta-feira, 2 de abril de 2026

SÉRIE D

# Superclássico será no Nhozinho Santos

14 anos depois, o Nhozinho Santos receberá o Superclássico, dia 18 deste mês de abril, válido pela Série D do Campeonato Brasileiro

NERES PINTO

Palco de grandes e históricos duelos entre Moto e Sampaio Corrêa, o Estádio Nhozinho Santos será o local de mais um Superclássico, 14 anos depois. O jogo está marcado para o dia 18 deste mês de abril, conforme ficou definido na tabela pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O mando de campo é do Moto Club, que pediu à entidade a marcação de suas partidas para o estádio da Vila Passos. Além disso, três dias depois, 21 de abril, tem o show musical da banda norte-americana Guns N' Roses na praça esportiva do Outeiro da Cruz, impossibilitando realmente a realização de qualquer partida neste período.

A última vez que os dois clubes de maiores torcidas se enfrentaram na praça esportiva da Vila Passos foi em maio de 2012, conforme levantamento do matemático Manoel Martins. Com a construção do Estádio



O SUPERCLÁSSICO VAI SER DISPUTADO NO NHOZINHO SANTOS APÓS 14 ANOS

Castelão, o confronto entre motenses e sampainos vinha sendo realizados naquele local, exceto no período em que foi passado por ampla reforma, inclusive de redução da capacidade de público (caiu para 40 mil) com a implantação de cadeiras em todos os se-

tores. Na semana passada, a Sedel anunciou o fechamento do Castelão por 45 dias para reforma, porém, atendendo ao Maranhão Atlético, será reaberto parcialmente no próximo sábado para o jogo da Série C do Brasileiro, entre MAC e Guarani-SP.

## Saiba como foram os últimos resultados

MANOEL MARTINS  
Especial para O Imparcial

Com a confirmação do Superclássico entre Sampaio x Moto para o Estádio Nhozinho Santos, aumenta a preocupação não apenas dos jogadores e gestores dos dois clubes, mas de todos os envolvidos no evento, devido aos últimos fatos acontecidos na nossa antiga praça esportiva. Por isso, medidas de segurança devem ser tomadas com antecedência.

O clássico não acontece no Nhozinho Santos desde 07.05.12, quando o Sampaio venceu o time do Moto pelo placar de 3 a 2, devolvendo a derrota sofrida pelo mesmo placar em 10.03.12, em jogos válidos pelo Campeonato Maranhense.

O torcedor motense não tem muita saudade do Nhozinho Santos, pois na sua utilização entre os anos de 2004 a 2012, quando o Castelão esteve interdito, o time do Moto foi rebaixado duas vezes para série B (em 2009 e 2011), nesta última levando de 5 a 0 do

seu maior rival, Sampaio Corrêa.

O próximo clássico entre Sampaio x Moto, é o de número 624, o décimo terceiro em competições nacionais entre os dois principais clubes maranhenses. O time motense, nos doze jogos disputados oficiais da CBF, venceu seis, empatou três e perdeu três. Onze gols a favor do Moto e 10 gols a favor do Sampaio. Vai ser o primeiro clássico na Série D entre nossos representantes.

Também será o quinto jogo entre Sampaio x Moto no Estádio Nhozinho Santos em competições patrocinadas pela Confederação Brasileira de Futebol. Em quatro jogos disputados entre 1978 a 1980, quando não tínhamos ainda o Castelão, o Moto venceu uma, o Sampaio também uma e houve dois empates.

De 2012, após a reabertura do Castelão em 12.09.12, quando o Sampaio Corrêa levantou a Série D, já aconteceram trinta e nove clássicos entre Moto e Sampaio, com os tricolores levando vantagem em cinco vitórias e

quatorze gols. São dezessete vitórias do Sampaio, doze do Moto e dez empates. Quarenta e quatro gols do Sampaio e trinta do Moto.

### Retrospecto

- Jogos disputados: 623
- Vitórias do Moto: 204
- Empates: 229
- Vitórias do Sampaio: 190
- Gols do Moto: 747
- Gols do Sampaio: 715
- (Saldo positivo do Moto em 14 vitórias e 32 gols)
- Último jogo: 21.01.26. Sampaio 1 x 1 Moto – Campeonato Maranhense, no Castelão.

### Confrontos oficiais

- Jogos disputados: 331
- Vitórias do Sampaio: 110
- Empates: 115
- Vitórias do Moto: 106
- Gols do Sampaio: 367
- Gols do Moto: 348
- (Vantagem do Sampaio em 04 vitórias e dezenove gols).



SÃO JOÃO BATISTA

## III Festival de Canoagem e Ecoturismo da Baixada Maranhense articula justiça climática

No dia 4 de abril de 2026, o município de São João Batista recebe o III Festival de Canoagem e Ecoturismo da Baixada Maranhense. A programação ocorre no Porto da Raposa e na comunidade da Comporta, em São João Batista, reunindo jovens, artistas, moradores da região, visitantes, organizações da sociedade civil e apoiadores locais em prol do turismo sustentável, justiça climática, esporte, cultura e lazer na região da Baixada Maranhense.



### Justiça climática

A iniciativa parte de uma prática cotidiana na região: o deslocamento e a convivência com as águas. Nos campos alagados da Baixada, principalmente entre os meses de fevereiro e julho, canoas e pequenos barcos fazem parte da vida diária e são meio de transporte, trabalho e circulação entre comunidades. Com isso em mente, o Festival organiza essa experiência em formato esportivo e coletivo, mantendo sua base no conhecimento local e na cultura do próprio território.

Nesse contexto, a canoagem assume outra função. Ao ocupar igarapés e áreas alagadas como espaço de prática esportiva e convivência, o evento amplia o acesso ao lazer em uma região onde esse direito ainda é limitado e, ao mesmo tempo, reforça formas de uso compatíveis com o equilíbrio ambiental. A Baixada Maranhense é reconhecida como uma das zonas úmidas de importância global, reunindo manguezais, igarapés, lagos e campos inundáveis que regulam o ciclo da água e sustentam a biodiversidade. Ainda assim, o território enfrenta limitações históricas de infraestrutura, baixa oferta de equipamentos de lazer e escassez de políticas voltadas ao esporte, especialmente modalidades menos institucionalizadas, como a canoagem, além de pouca estrutura para enfrentamento dos riscos ambientais que atingem a região.

### O ecoturismo como aliado

Criada em 2024 por mobilização de lideranças locais, a iniciativa vem ampliando a participação de jovens e consolidando parcerias pelo desenvolvimento territorial sustentável da região. O ecoturismo não é tratado como exploração pontual da paisagem, mas sim como uma prática orientada pelo uso responsável dos recursos naturais e pela participação direta das comunidades. Diferente de modelos convencionais de turismo, que muitas vezes operam de forma externa ao território e com alto impacto ambiental, o ecoturismo proposto pelo festival se estrutura a partir do conhecimento local, da preservação dos ecossistemas e da valorização da cultura local. Isso implica em um conjunto de princípios: atividades de baixo impacto, monitoramento ambiental, circulação de renda no território e fortalecimento de vínculos entre visitantes e comunidades. Nos campos alagados, essa lógica se materializa na própria canoagem, uma prática que respeita os ciclos das águas, não exige grandes intervenções na paisagem e mantém a relação direta com o ambiente e seus costumes.

Segundo João Damasceno Figueiredo Júnior, antropólogo e um dos coordenadores da iniciativa, o projeto articula esporte, cultura e meio ambiente como estratégia de valorização dos recursos naturais e de fortalecimento da relação das comunidades com o território. Ele afirma que proposta também contribui para ampliar o debate público sobre os impactos da crise climática em São João Batista e na Baixada Maranhense em geral.



DURANTE O EVENTO, REALIZADO NO HOTEL BLUE TREE, NO CALHAU, em São Luís, também ocorreu o lançamento da revista Boas Notícias do Maranhão, uma publicação produzida pela Secretaria de Comunicação Social (Secom)

## Maranhão apresenta balanço de ações e lança revista sobre avanços da gestão

O Governo do Maranhão apresentou, na noite de segunda-feira (30), os avanços conquistados pelo estado nos últimos quatro anos. O evento, realizado no Hotel Blue Tree, em São Luís, reuniu o governador Carlos Brandão, secretários, técnicos, políticos e comunicadores para uma prestação de contas dos principais indicadores da gestão estadual.

Durante a cerimônia, foi lançada a revista Boas Notícias do Maranhão. Produzida pela Secretaria de Comunicação Social (Secom), a publicação consolida e dá visibilidade a projetos de impacto social, investimentos e ações estratégicas realizados em todas as regiões maranhenses. O governador Carlos Brandão ressaltou que os bons índices de desenvolvimento são frutos de um planejamento rigoroso focado em entregas diretas nos municípios. "Lançamos a revista para mostrar esse trabalho, que traz um balanço de quatro anos de gestão. Destacamos iniciativas como os programas Educação de Verdade e Maranhão Livre da Fome, a rede de Restaurantes Populares, além de grandes obras que garantem mais mobilidade, saúde e empreendedorismo", afirmou Brandão.



O SECRETÁRIO DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, Sérgio Macedo, informou que a revista continuará sendo atualizada no formato digital. "Esta revista é fruto de um esforço muito grande, e o trabalho não está concluído, pois ainda há muito a ser noticiado. Por isso, ela passará a ser digital, estando disponível nas plataformas do Governo do Maranhão e sendo atualizada constantemente", pontuou.

MIEKO WADA, SECRETÁRIA ADJUNTA DE IMPRENSA, afirmou que a publicação funciona como um balanço de transparência e das conquistas maranhenses em áreas estratégicas. "Esta é uma prestação de contas com os principais indicadores do Maranhão, o resultado que o governo está trazendo para todos os maranhenses em todas as áreas, como saúde, educação, infraestrutura, segurança. Toda a equipe de Comunicação do Governo do Maranhão atua em muitas frentes de divulgação, mas a que a gente mais gosta, com certeza, é a de dar boas notícias para o Maranhão", declarou.



Os consultores de Qualidade Enf. Isabela Volpini e Enf. Felipe Mendes com o diretor geral do HSE – HSLZ Plínio Tizzolo e a gestora de Qualidade Hospitalar Camila Mesquita

## HSE-HSLZ fortalece cultura de segurança com workshop

O Hospital do Servidor Estadual (HSE-HSLZ) realizou o workshop "Gestão de Eventos Adversos – Sistemas de Notificações", voltado para sua equipe multidisciplinar. O treinamento foi conduzido pelos consultores de qualidade, enfermeiros Isabela Volpini e Felipe Mendes, sob a coordenação da enfermeira Nathalia Belchior.

A iniciativa integra o cronograma de 2026, instituído pela unidade como o Ano da Qualidade e da Humanização. O objetivo central é fortalecer a cultura de segurança do paciente e elevar o padrão da assistência prestada. Para Nathalia Belchior, o tema é estratégico para a evolução do hospital. "Estes eventos devem ser vistos como oportunidades valiosas para identificar melhorias contínuas nos processos.

Foi um momento de reforçar uma cultura voltada à segurança, com foco total no cuidado de excelência aos nossos pacientes", destacou a consultora. A direção da unidade reforça que o workshop é um passo fundamental na transformação institucional.



A consultora de qualidade hospitalar enfermeira Nathalia Belchior



As equipes multidisciplinares do HSE – HSLZ participaram ativamente dos debates



Equipe multidisciplinar do HSE – HSLZ que participou do workshop sobre Gestão de Eventos Adversos

São Luís, quinta-feira, 02 de abril de 2026

**EQUATORIAL S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 03.220.438/0001-73  
NIRE 213.0000938-8 | Código CVM nº 02001-0  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
**A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026**

**EQUATORIAL S.A.** ("Companhia") vem, pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2026, às 10 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

- (A) Em Assembleia Geral Ordinária:**
- as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
  - o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
  - a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
  - a fixação do número de membros do Conselho Fiscal;
  - a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal;
  - a fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026;

- (B) Em Assembleia Geral Extraordinária:**
- a alteração do caput do artigo 6º do estatuto social da Companhia para refletir o atual capital social da Companhia;
  - a ratificação da nomeação da empresa especializada Baker Tilly Corporate Finance Assessoria Empresarial LTDA. (CNPJ/MF nº 63.228.207/0001-38), responsável pela elaboração do laudo de avaliação do valor econômico da Companhia, para fins de verificação do valor de reembolso das ações em decorrência do exercício do direito de resgate, nos termos do artigo 45, § 3º, da Lei das S.A., na hipótese de aprovação da redução do dividendo obrigatório da Companhia;
  - a alteração do artigo 27, § 2º, item (iii), do estatuto social da Companhia para redução do dividendo obrigatório ("Redução do Dividendo Obrigatório");
  - a alteração dos itens (iv) e (v) do artigo 27, § 2º, do Estatuto Social da Companhia para adequação das disposições estatutárias, condicionada à aprovação da Redução do Dividendo Obrigatório; e
  - a consolidação do estatuto social da Companhia.

A Assembleia Geral será realizada de maneira **exclusivamente digital**, não sendo possível o comparecimento físico. A Companhia considera que a realização da Assembleia Geral em formato digital é a melhor opção para assegurar a ampla participação dos acionistas, proporcionando maior acessibilidade às discussões e deliberações. Além disso, a Companhia entende que esse modelo fomenta a inclusão e o engajamento dos acionistas.

A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os Senhores Acionistas poderão participar e votar na Assembleia Geral por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) sistema eletrônico para participação a distância; e (b) boletins de voto a distância.

A Assembleia Geral ocorrerá por meio de videoconferência na plataforma "Ten Meetings" (link: <https://assembleia.ten.com.br/111435261>), observando o disposto no RCVM 81 ("Plataforma Digital").

Os acionistas interessados em participar da Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico deverão acessar a Plataforma Digital e realizar o seu cadastro impreterivelmente em até **2 (dois) dias** antes da data de realização da Assembleia Geral, ou seja, até **28 de abril de 2026 (inclusive)**. Já os acionistas que optarem por enviar os boletins de voto a distância diretamente à Companhia deverão realizar o referido cadastro e o preenchimento dos respectivos boletins de voto a distância impreterivelmente em até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, ou seja, até **26 de abril de 2026 (inclusive)** ("Cadastro"). O Cadastro compreenderá a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal, incluindo nome completo, CPF ou CNPJ, conforme aplicável, telefone e endereço de e-mail, devendo ser anexados os documentos necessários à comprovação da condição de acionista e, quando aplicável, da regularidade da representação, nos termos indicados abaixo.

Caso a participação ocorra por meio de procurador ou representante, este deverá seguir o mesmo procedimento de Cadastro, selecionando o perfil "Procurador/Representante de Acionistas PJ e PF". Em seguida, deverá registrar cada acionista representado e anexar os documentos que comprovem tanto a condição de acionista quanto a regularidade da representação.

No momento do Cadastro, o acionista ou seu representante, conforme o caso, deverá indicar a modalidade de participação desejada na Assembleia Geral, escolhendo entre as opções "Boletim de Voto a Distância (BVD)" ou "Ao Vivo".

Após o Cadastro, a Companhia irá analisar a documentação apresentada, podendo, conforme o caso, solicitar que o acionista (ou seu representante) providencie a complementação dos documentos nos prazos aplicáveis, quais sejam: (i) até **28 de abril de 2026 (inclusive)**, para os acionistas interessados em participar da Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico; e (ii) até **26 de abril de 2026 (inclusive)**, para os acionistas que optarem por enviar os boletins de voto a distância.

Verificada a regularidade do Cadastro e validadas a condição de acionista e a regularidade dos documentos, o acionista devidamente credenciado (ou o seu representante) receberá, no e-mail cadastrado, a confirmação de credenciamento para participação na Assembleia Geral.

Caso o acionista ou seu representante não receba a confirmação para participação na Assembleia Geral, ou tenha dificuldades em relação ao Cadastro, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, pelo e-mail [assembleia@equatorialenergia.com.br](mailto:assembleia@equatorialenergia.com.br), com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário.

A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos acionistas (e.g., instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da Plataforma Digital com o equipamento do acionista, entre outros).

Para acessar a Plataforma Digital, é necessário computador com câmera e áudio que possam ser habilitados. O acesso deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Safari. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar à Companhia cópia simples dos seguintes documentos digitalizados: (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral – RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular, do acionista e de seu representante, conforme o caso; e (ii) instrumento de outorga de poderes de representação (nos termos abaixo indicados).

Visando à otimização do processo de verificação do Cadastro, a Companhia recomenda que o acionista ou seu representante, conforme o caso, apresentem o comprovante de participação acionária emitido pelo órgão competente, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência de realização da Assembleia Geral.

O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) último contrato ou estatuto social consolidado; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a sua representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, quando for o caso.

Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou Estatuto Social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014).

Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou com assinatura eletrônica, como alternativa ao reconhecimento de firma.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), ser legalizados em Consulado Brasileiro, e, em ambos os casos, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor.

Especificamente em relação aos documentos lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas, a Companhia não exigirá a tradução juramentada.

Caso os acionistas optem por manifestar seus votos a distância, deverão preencher os boletins de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas que constam nos boletins disponibilizados pela Companhia e na Proposta da Administração.

Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital e à manifestação de votos a distância serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<https://www.b3.com.br/pt-br/institucional>), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso à Plataforma Digital.

São Luís/MA, 30 de março de 2026.  
**Eduardo Parente Menezes**  
Presidente do Conselho de Administração

GRUPO  
**equatorial**

**EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 06.272.793/0001-84  
NIRE nº 213.0000686-9 | Código CVM nº 01660-8  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
**A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026**

**EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.** ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2026, às 10 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iv) a fixação do número de membros do Conselho de Administração; (v) a eleição dos membros do Conselho de Administração; (vi) a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; (vii) a instalação do Conselho Fiscal; (viii) a fixação do número de membros do Conselho Fiscal; (ix) a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e (x) a fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026. A Assembleia Geral será realizada de maneira **exclusivamente digital**. A Companhia considera que a realização da Assembleia Geral em formato digital é a melhor opção para assegurar a ampla participação dos acionistas, proporcionando maior acessibilidade às discussões e deliberações. Além disso, a Companhia entende que esse modelo fomenta a inclusão e o engajamento dos acionistas. A Assembleia Geral ocorrerá por meio de videoconferência na plataforma "Microsoft Teams", observando o disposto no RCVM 81. A administração da Companhia esclarece que os Senhores Acionistas, observados os respectivos prazos e procedimentos, poderão participar e votar na Assembleia Geral por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) sistema eletrônico para participação a distância ("Plataforma Digital"); e (b) boletim de voto a distância. Para participação na Assembleia Geral via Plataforma Digital, o acionista deverá solicitar seu cadastro, impreterivelmente, até o dia **26 de abril de 2026**, mediante solicitação pelo e-mail [assembleia.ma@equatorialenergia.com.br](mailto:assembleia.ma@equatorialenergia.com.br), fornecendo as informações e documentos indicados abaixo ("Solicitação de Acesso"). A luz da atual composição do capital social da Companhia, o pedido de voto múltiplo poderia ser feito por acionista ou grupo de acionistas titular de, no mínimo, 8.065.946 (oito milhões, sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia. Em caso de eventuais alterações no capital social entre a data da presente proposta e a data em que poderá ser requerida a adoção do procedimento, o número mínimo de ações para tanto deverá ser atualizado. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não se cadastrarem validamente pelo e-mail indicado, com o correspondente depósito dos documentos solicitados, até o dia **26 de abril de 2026**, inclusive. Somente poderão participar da Assembleia Geral aqueles que forem acionistas da Companhia, sendo que a titularidade das ações para tanto será a constante da base acionária disponibilizada pelo escriturador. A Solicitação de Acesso deverá: (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme descritos a seguir. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos digitalizados: (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral – RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular, do acionista e de seu representante, conforme o caso; e (ii) instrumento de outorga de poderes de representação (nos termos abaixo indicados). Visando à otimização do processo de verificação da Solicitação de Acesso, a Companhia recomenda que o acionista ou seu representante, conforme o caso, apresentem o comprovante de participação acionária emitido pelo órgão competente, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência de realização da Assembleia Geral. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, quando for o caso. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou com assinatura eletrônica, como alternativa ao reconhecimento de firma. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), ser legalizados em Consulado Brasileiro, e, em ambos os casos, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Especificamente em relação aos documentos lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas, a Companhia não exigirá a tradução juramentada. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail [assembleia.ma@equatorialenergia.com.br](mailto:assembleia.ma@equatorialenergia.com.br), com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia Geral, o link de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do horário marcado para o início da Assembleia Geral, não será possível o ingresso do acionista na Assembleia Geral, independentemente da realização e validação da Solicitação de Acesso. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia Geral com, pelo menos, 15 (quinze) minutos de antecedência. A Companhia reforça que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma para participação da Assembleia Geral por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. Caso os acionistas optem por manifestar seus votos a distância, deverão preencher os boletins de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas que constam no boletim disponibilizado pela Companhia e na Proposta da Administração. Conforme previsto no § 1º do art. 141 da Lei das S.A., no art. 5º da RCVM 81 e nos arts. 1º e 3º da Resolução CVM 70, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48h antes da Assembleia Geral, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. No cálculo do percentual necessário para requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria devem ser excluídas (Processos CVM RJ2013/4386 e RJ2013/4607, julgados em 04.11.2014). Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<https://www.b3.com.br/pt-br/institucional>), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso à Plataforma Digital.

São Luís/MA, 27 de março de 2026.  
**Augusto Miranda da Paz Júnior**  
Presidente do Conselho de Administração

**equatorial**

**ABRIL**  
*Azul* (TEA)

**COMPREENDER É INCLUIR.**

Cada pessoa no seu tempo.  
Cada história com valor.

**O IMPARCIAL**

**FIQUE A PAR DE TUDO, LEIA O IMPARCIAL.**

O melhor e mais diversificado conteúdo de notícias do Estado



ASSINATURA: ☎ 99144-5645  
COMERCIAL: ☎ 99116-1624  
[oimparcial.com.br](http://oimparcial.com.br)